

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	1		

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 60ª
(SEXAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 28 DE JUNHO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, e conforme o disposto no art. 109, § 4º, do Regimento Interno, a sessão será suspensa por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h04min, a sessão é reaberta às 15h35min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Esta Presidência dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 56ª Sessão Ordinária;
- Ata da 57ª Sessão Ordinária;
- Ata da 58ª Sessão Ordinária;
- Ata da 15ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 16ª Sessão Extraordinária;

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

– Ata da 17ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assessores e todos que aqui se encontram, pessoal da imprensa, nobres pares, boa tarde.

Quero saudar meus companheiros da Polícia Civil, os Presidentes da ADEPOL-DF – Associação dos Delegados de Polícia, José Werick e Paulo de Almeida, e o Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal, Rafael Sampaio. Muito nos agradam as suas presenças.

Quero muito rapidamente me dirigir aos Deputados da base do governo, porque há cerca de um mês eu fiquei muito feliz quando o Líder do Governo me trouxe a informação de que a LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo estaria sendo enviada a esta Casa. Naquela oportunidade, Deputado Rafael Prudente, eu disse inclusive que elogiaria o Governador por fazer aquilo. Logo depois, eu retirei o elogio porque fiquei sabendo que o projeto não estaria sendo entregue naquele momento, mas no final do mês de julho e apostei com o Deputado Delmasso, Líder do Governo, que ele não entregaria. Nós estamos praticamente no final do mês, e acredito que a LUOS – V.Exa. pode me corrigir – até agora não foi protocolada na Casa. Volto a dizer: não veio e não virá porque o governo é incompetente, irresponsável, não é sensível às necessidades do setor produtivo e da própria população.

Então, sustento o que disse: sabia que o governo não tinha a competência necessária para enviar à Casa uma lei importante como essa. Pode ser que agora, com a interferência do nobre Deputado Agaciel Maia – amigo que, com certeza, muito vai nos ajudar – a LUOS seja enviada. Eu disse um mês atrás e apostei um almoço – acho que ganhei esse almoço e acho que vou engordar bastante se todos os Deputados da Base me pagarem um almoço toda vez que eu ganhar uma aposta que dependa de uma ação do governo.

Então, não veio, vão virá, com certeza absoluta, porque o governo não tem compromisso com a nossa cidade. Ele não está preocupado com aquilo que mais aflige a população do Distrito Federal, que é a questão fundiária. Nós temos vários problemas. A área federal está fazendo a sua parte; resolveu, através da Medida Provisória nº 759, de 2016, uma série de problemas.

Quero saudar a nossa Secretária, que aqui se encontra, a Dra. Leany; muito obrigado pela presença.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

Infelizmente, se o Governador não entender que o projeto da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS é extremamente importante, Brasília vai continuar padecendo.

E o pior: nós temos uma Agefis que persegue as pessoas, que gosta de uma derrubada, cuja presidente é uma verdadeira psicopata, que sente prazer em fazer derrubada, principalmente dos mais pobres.

Aí, o resultado é este: o índice de popularidade ou impopularidade desse governo. Algo jamais visto, mais de 80% de rejeição! Eu não sei como parou nisso. Para mim, era muito mais. Eu acho ainda que essa pesquisa é comprada, viu, Deputado Rafael Prudente? Acho que beirava os 90%, 95%; 80% foi o que deu para negociar.

Deputada Telma Rufino, V.Exa., que é Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, tenho certeza absoluta de que V.Exa. tem cobrado, porque sabe que é importante a vinda dessa lei. Eu fui Relator da Lei de Uso e Ocupação do Solo. A lei já tinha sido discutida praticamente em todas as cidades do Distrito Federal.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Eu acredito muito em Deus.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu também, Deputada. Nesse caso, só Deus na causa.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Se V.Exa. acredita em Deus, então a LUOS vem para Casa no mês de agosto. No dia em que eles vieram entregar os três projetos, o Secretário Thiago falou que, no mês de agosto, a LUOS estaria aqui. Então, como eu acredito muito em Deus, eu tenho certeza de que Deus está nos nossos mandatos e no mandato do Governador e sabe que a população precisa disso, Deputado. Eu creio que essa LUOS vem para a Casa a partir de agosto. Se não vier, o nobre Deputado Agaciel Maia vai ter que interferir mesmo. Vamos esperar agosto chegar.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputada, eu acredito em V.Exa., acredito muito em Deus, mas não acredito no Governador e muito menos nesse Thiago, que é o maior burocrata desse governo. Agosto, provavelmente, seja a gosto de Deus. O pior é isso.

Deputada, a gente sabe disso, mas eles já prometeram para o segundo semestre de 2015, prometeram para o primeiro semestre de 2016. Chegamos a 2017, os Deputados vieram aqui, deram uma boa notícia, ficaram como mentirosos sem ter culpa alguma, porque quem confia nesse governo empresta a palavra e acaba fazendo um papelão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

Então, lamentavelmente, Deputada, V.Exa. está fazendo a sua parte, cobrando. Eu sou testemunha disso, mas não dá para acreditar nesse governo, por falta de capacidade – falta de capacidade moral, falta de capacidade profissional –, e infelizmente o resultado acaba sendo esse. Eu vi nesses dias numa entrevista o Governador reclamando ainda do governo passado. Meu Pai do Céu! Daqui a pouco ele vai reclamar do primeiro governador que passou aqui. O governo dele está acabando e ele ainda está se preocupando com o governo que passou.

Então, mais uma vez, a gente pede para os Deputados da Base que peçam para esse Governador lembrar que a Lei de Uso e Ocupação do Solo é uma necessidade da população do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz, Vice-Presidente desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é importante a presença do Deputado Wellington Luiz aqui neste meu pronunciamento.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa. sabe que eu sempre, durante esses sete anos de convivência com V.Exa., principalmente no mandato anterior, em todas as questões inerentes à Polícia Civil, fazia questão de que V.Exa. fosse o interlocutor. Não escondo de ninguém que V.Exa. era o interlocutor nas questões sobre a Polícia Civil. Às vezes eu condicionava a reunião com o sindicato à presença de V.Exa., porque V.Exa. sempre tratou da questão com seriedade. V.Exa. criticou, debateu, sempre de maneira legítima e cartesiana, sem jogar para a plateia.

Então, V.Exa. goza não só do meu respeito, mas do respeito dos colegas, principalmente dos membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que sempre viram em V.Exa. um Deputado extremamente cuidadoso, extremamente batalhador pela categoria da Polícia Civil, e extremamente coerente com os procedimentos legais que têm de existir dentro de uma tramitação que diz respeito a orçamento e finanças.

Ora, eu sei que está esgarçado o relacionamento entre o Governo do Distrito Federal e a Polícia Civil. Isso é notório! Acredito que exista um pouco de pecado de ambos os lados – talvez o pecado maior seja por parte do governo. Mas, mesmo assim, eu acredito que haja, Deputado Wellington Luiz, uma construção para que possamos caminhar num compromisso que existe, está implícito e explícito dentro da categoria à qual V.Exa. pertence, como também em outros órgãos, como o Ministério Público, a Presidência da República, o Congresso Nacional. É necessário um compromisso de equipararmos a Polícia Civil do Distrito Federal com a Polícia Federal,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017		15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

mesmo porque, no governo anterior, quando foi para rejeitar o aumento da Polícia Civil, argumentou-se que não se poderia dar o aumento porque não havia sido dado aumento à Polícia Federal. Agora que saiu o reajuste da Polícia Federal, é necessário que a gente reconstrua essas pontes que foram destruídas entre as categorias da Polícia Civil e o governo.

Não estou assumindo compromisso de solução, mesmo porque há um ceticismo muito grande na categoria, uma crença de que qualquer negociação, qualquer acordo, qualquer palavra não serão cumpridos, mas o que eu estou querendo dizer a vocês é que eu estou me colocando à disposição de V.Exa., Deputado Wellington Luiz, para que a gente comece a reconstruir esse caminho.

Existem algumas barreiras a serem ultrapassadas. Eu acredito que a principal seja essa do Governo do Distrito Federal em propor, encaminhar uma mensagem restaurando esse compromisso de equiparar a Polícia Civil de Brasília com a Polícia Federal. É lógico que, depois da mensagem, há que se fazer esse trabalho junto ao Ministério do Planejamento, ao próprio Poder Executivo e depois, finalmente, a quem vai autorizar, que é o Congresso Nacional.

Deputado Joe Valle, V.Exa. que é um Presidente extremamente habilidoso e que goza de muito prestígio junto ao Governador, eu gostaria de inscrevê-lo também nessa luta de reconstruir essa ponte para que o Governo do Distrito Federal comece a pensar nessa grande solução que dará motivação, estímulo a uma polícia que é considerada a melhor Polícia Civil do Brasil.

Tudo isso, Deputado Wellington Luiz, está mais no campo político do que no campo orçamentário-financeiro.

Portanto, este pronunciamento de maneira singela, simples é exatamente isso. E eu quero dizer a V.Exa., Deputado Wellington Luiz, e peço a ajuda de todos os Deputados, em especial a do Presidente da Casa, para que a gente comece a remontar essa ponte que permita, que convença o nosso Governador a encaminhar essa mensagem de equiparação da Polícia Civil à Polícia Federal.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado, em primeiro lugar, quero agradecer as palavras de V.Exa. e dizer que nós sempre acreditamos no trabalho de V.Exa. que de fato sempre teve esse carinho, sempre teve essa dedicação pela nossa instituição. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, politicamente, nos ajudou sempre que nós precisamos.

Ontem eu tive a oportunidade de conversar longamente com V.Exa. e esclarecemos alguns pontos. Nós sabemos que existem algumas forças externas à Câmara Legislativa que tentam desgastar a sua imagem, de maneira, inclusive, irresponsável. Mas também deixei bem claro que a grande maioria dos Policiais Civis – e hoje nós temos aqui os representantes, os delegados, que podem confirmar o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

que estou dizendo – reconhecem em V.Exa. um interlocutor extremamente importante para que a gente possa, sim, encaminhar as nossas demandas.

Esta Casa tem hoje a competência e a responsabilidade de poder fazer isso. V.Exa., o Presidente desta Casa, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Cláudio Abrantes, enfim, nós podemos ajudar nesse processo. Agora, eu não tenho dúvida alguma de que V.Exa., pelo papel que exerce, pela influência política que tem, pela dedicação que sempre demonstrou à nossa instituição, terá papel fundamental nesse processo.

Ontem, até pelo grau de preocupação que V.Exa. demonstrou, me deixou bem claro o tema. Então, eu já havia conversado com os delegados sobre essa possibilidade e tenho a certeza absoluta de que ficaram extremamente felizes com a conversa que tiveram com o Senhor. E, com certeza absoluta, de que ao somarmos forças, colocando de lado a pequenez de pessoas que não estão preocupadas com o processo, estão preocupadas com 2018, lembrando que antes de chegar lá, nós temos várias etapas ainda a conquistar... Quem for melhor, será lembrado pelos policiais, será lembrado pela sociedade. V.Exa. tem desempenhado bem esse trabalho.

Então, eu acredito, Deputado, que com o trabalho que V.Exa. tem exercido e com o que pode influenciar junto ao Buriti, nós podemos achar uma solução. A Polícia Civil não merece passar pelo que está passando. V.Exa. pode, sim, ajudar a construir uma solução.

Muito obrigado pelo que o senhor tem feito pela nossa instituição, pelos nossos policiais civis. Volto a dizer, pode ter a certeza absoluta de que nós somos gratos e reconhecemos tudo o que V.Exa. tem feito até hoje.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Wellington Luiz. Ao mesmo tempo, deixo bem claro que não estou buscando reconhecimento, nem estou fazendo jogo político para 2018. Eu acho que a corporação, no âmbito da Câmara Legislativa, está muito bem representada pelo papel que V.Exa. faz.

Eu acho que o que nós conseguirmos, em termos de conquista – se Deus ajudar e se a gente conseguir essa conquista –, o mérito é de V.Exa. O único mérito é de V.Exa. Reafirmo que V.Exa. tem tratado as questões da Polícia Civil – e não é de hoje, já são sete anos que convivo com V.Exa. – com seriedade. V.Exa., que vem do movimento sindical, sabe que muito mais importante do que discurso são os resultados. V.Exa. sempre esteve focado em obtenção de resultados, e é esta bandeira que nós queremos empunhar, Presidente Joe Valle: a reconstrução dessa instituição, que é respeitada no Brasil e no mundo. Assim possibilitando trazer de volta a motivação, o interesse e o reconhecimento do seu trabalho.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso como Líder do Podemos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	7		

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, membros da imprensa, demais assessores, quero aqui saudar os representantes do sistema socioeducativo que estão aqui prestigiando a nossa sessão. Essa categoria está lutando para conseguir um aumento na Lei de Diretrizes Orçamentárias que permita a contratação no ano de 2018, tendo em vista que o sistema socioeducativo, Presidente Joe Valle, precisa de reforço do seu efetivo. Quero lhes dizer que podem contar com o nosso apoio, com o nosso trabalho, para dentro da legalidade aumentarmos a previsão de contratação em 2018 e 2019.

Mas, Presidente Joe Valle e demais Deputados, venho a esta tribuna falar sobre um assunto que tem assolado a nossa cidade a cada dia – e aqui o Deputado Wellington Luiz foi muito feliz ao falar sobre o tema – que é a questão da segurança. Estive, durante este mês todo, Deputado Wellington Luiz, realizando um projeto do nosso gabinete chamado Gabinete Itinerante na cidade de Santa Maria.

Até hoje nosso Gabinete Itinerante ouviu quase 2 mil pessoas. A grande demanda na cidade de Santa Maria é a melhoria da segurança, a população está lá gritando por essa melhoria.

Quando falamos em melhoria da segurança, muitas vezes pensamos que talvez signifique colocar policiais nas ruas, aumentar o efetivo, mas a população de Santa Maria tem levantado como principal demanda não só o aumento do efetivo, mas também o cuidado do Estado com aquela cidade. Querem que o Estado a olhe de forma diferenciada.

Informamos que o Governo do Distrito Federal, Deputado Ricardo Vale, tem um projeto que já está sendo implantado em algumas cidades do DF. Começou na cidade do Recanto das Emas, está se expandindo para o Riacho Fundo I e vai chegar ao Guará. Farei um encaminhamento na próxima semana ao Secretário de Segurança pedindo que ele priorize também a cidade de Santa Maria, visando ao projeto de implantação, Deputado Rafael Prudente, das câmeras de videomonitoramento nas principais avenidas dessa cidade.

Com essa proposta que temos apresentado à comunidade, toda a população, a grande maioria na realidade, tem aprovado esse tipo de medida. Nós usaremos a tecnologia em favor da sociedade, usaremos a tecnologia para defender o cidadão de bem, para monitorar o cidadão de bem. Deputado Rafael Prudente, na época, salvo engano em 2009, Itapoã foi a primeira cidade a ter câmeras de videomonitoramento em toda sua área. Quando o governo, à época o governo Arruda, implantou essas câmeras de videomonitoramento na cidade do Itapoã, a criminalidade caiu em torno de 32%. Essas câmeras eram integradas ao serviço da Polícia Militar, ao serviço ostensivo, e ao serviço de inteligência da Polícia Civil. Com as câmeras de videomonitoramento, aumentou em 40%, Deputado Ricardo Vale, o número de resolução de crimes na cidade do Itapoã, porque se conseguia identificar o meliante que estava praticando o crime.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

Então, acho que o governo de Brasília – e o Governador Rodrigo Rollemberg tem essa sensibilidade – precisa ampliar esse programa, que foi suspenso porque os meliantes começaram a roubar os cabos de fibra ótica. Eles desconectavam as câmeras que eram interligadas por cabos de fibra ótica. Mas existem hoje tecnologias, Deputado Wellington Luiz, em que a transmissão não precisa de cabo, a transmissão pode ser feita via *bluetooth* ou via *wi-fi*. Isso ajudaria, e muito, a Polícia Civil do Distrito Federal, que é excelente aqui em Brasília. Também ajudaria a Polícia Militar no quesito da ostensividade e, principalmente, para que possa agir imediatamente quando o crime estiver acontecendo.

Portanto, a minha fala hoje é para reforçar que esse programa possa ser ampliado para todo o Distrito Federal com um único objetivo: que o cidadão brasileiro se sinta mais seguro na Capital da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trabalhadores do Sistema Socioeducativo presentes nesta sessão, minha solidariedade; no que eu puder ajudar no sentido de o governo reconhecer a importância que é e trabalhar de forma rápida para contratar vocês concursados para melhorar o sistema, podem contar comigo.

Mas o que me traz aqui nesta tarde hoje, Deputado Rafael Prudente, é a quantidade de notícias nos meios de comunicação diuturnamente, a toda hora, quando você abre um jornal ou liga a televisão, a respeito da denúncia que o Janot apresentou contra o Presidente Michel Temer.

É preciso a gente trazer essa pauta nacional às sessões da Câmara Legislativa porque são denúncias gravíssimas, são horas e horas de diálogos, de gravações do Temer com aquele rei do gado, com aquele dono da Friboi, Joesley. Então, são provas irrefutáveis de corrupção mesmo, de esquema, uma coisa extremamente triste para o nosso País.

É impressionante como o Temer não se abala, é impressionante como o Presidente disfarça, faz de conta. Ontem, ele fez um pronunciamento tão desastroso que até os próprios aliados dele no Congresso Nacional o consideraram muito infeliz. Fica muito difícil manter o Temer à frente da Presidência do País com essa desfaçatez toda, com essa simulação, com esse cinismo do Presidente em dizer que não é com ele, que é uma perseguição, que são ilações, que não são provas. Ora, está lá, está tudo gravado, periciado inclusive pela Polícia Federal.

Portanto, eu não poderia deixar de vir aqui hoje para dizer e cobrar da Câmara Legislativa... A gente, inclusive, retirou o encaminhamento de assinar o manifesto no sentido de que o Presidente renuncie o mais rápido possível para que a gente possa urgentemente ter eleições diretas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	9	

O Temer, Deputado Joe Valle, não tem condições nenhuma – condições morais, legais – para continuar à frente do comando do País. Então, é preciso que a nossa população, o povo brasileiro, a Câmara Legislativa, os movimentos sociais voltemos às ruas para exigir, para o bem do País, a retirada ou a saída ou a renúncia urgente deste Presidente que, ontem, disse, inclusive, que Deus o colocou lá. Ele se esqueceu do golpe que deu, da traição que fez com a Presidente Dilma – essa, sim, afastada de forma ilegal, por, sem uma acusação sequer contra ela, ter sido afastada por conta de pedaladas.

O interessante é que esses mesmos meios de comunicação, que hoje que passam o tempo inteiro dizendo que o Temer tem que sair, apoiaram o golpe neste País e são responsáveis por toda essa situação em que o nosso País se encontra hoje do ponto de vista econômico, do ponto de vista político. Esses mesmos veículos que apoiaram esse golpe agora estão aí querendo tirar o Temer. Então, é preciso que eles reconheçam, também, que erraram, e que a imprensa precisa ser mais responsável por este País.

Então, fica aqui essa observação, fica esse pronunciamento no sentido de aproveitar esta tribuna e chamar o povo do Distrito Federal, chamar o povo brasileiro para sair às ruas e exigir a retirada desse – esse, sim, comprovadamente corrupto – Presidente Michel Temer.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico muito, mas muito feliz por ver o Deputado Ricardo Vale, como membro do PT, reconhecer a credibilidade do Sr. Joesley no que fala. Eu não vou fazer defesa, porque acho que quem deve tem que pagar. Se roubou, tem que ir para a cadeia. Lugar de ladrão é na cadeia. E, como eu não faço parte das investigações, não vou fazer defesa de ninguém aqui. Acho que cada um é que se defenda, eu não tenho autorização para defender ninguém.

Todavia, quero lembrar ao nobre Deputado Ricardo Vale que o mesmo Joesley foi aquele que disse que quem institucionalizou a corrupção neste País foi o PT, foi o Lula, foi a Dilma. Ou essa parte é mentira? Ou só é verdade a parte que fala do Michel Temer? Ou nós nos esquecemos de que a grande corrupção começou no Governo do PT? Ou nos esquecemos do tanto de gente do PT que está na cadeia? Tudo isso é mentira? Tudo isso é factóide? Tudo isso é invenção? Ou nós nos esquecemos, também, de tudo o que o Joesley disse a respeito da Dilma, a respeito do Lula? Que pegou 30 milhões, Deputado. Essa parte é mentira? Ah, essa parte deve ser mentira, porque falou do Lula.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

Se falou do Temer e se deve, Deputado, tem que pagar, tem que responder. Que seja preso, que pague pelos seus pecados. Mas o que nós não podemos é ser hipócritas e querer defender o indefensável. Porque, querer defender o Lula ou a Dilma e um bando de corruptos do PT é brincadeira, Deputado. Aí é brincadeira.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para mostrar, também, como é importante o nível de harmonia entre os Deputados, eu estou aqui para pedir que inclua, lógico que consultadas as demais Lideranças, o Projeto de Lei nº 1.657, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso.

Mas V.Exa. sabe que, dadas as características deste humilde Deputado que gosta de ver as coisas acontecerem e serem modernizadas, esse PL apenas atualiza conceitos de fontes de energia para o setor de indústria, o setor industrial de Brasília, dando, inclusive, sustentabilidade, que é uma grande bandeira de V.Exa.

A parte conceitual depende apenas de parecer da CEOF – e nós estamos prontos para fazer isso, eu conversei com o Deputado Chico Leite e com os demais Deputados – e da CCJ. Então, eu gostaria que V.Exa. anotasse: é o Projeto de Lei nº 1.657, de 2017.

Eu também queria contar com a colaboração não só de V.Exa., mas também dos demais Deputados. Ontem aconteceu isso, nós aprovamos um projeto de crédito que tinha as emendas dos Deputados. Há uma certa demora na publicação dos simples remanejamentos que os Deputados fazem dos seus recursos, e nós aprovamos ontem...

A CEOF está com matéria demais, vai sobrecarregar o dia de amanhã, porque, inclusive essas matérias já tramitaram nas outras Comissões, só falta na CEOF. Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 105, de 2017, que já foi aprovado na CCJ. O Projeto de Lei nº 1.505, de 2017, também trata do desenvolvimento rural do Distrito Federal, do fundo. Aí preciso da ajuda do Deputado Bispo Renato Andrade, que é Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Temos o Projeto de Lei nº 1.592, de 2017, que trata de crédito; o 1.604, de 2017; e o 1.657.

Se houver tempo hábil e se os Líderes concordarem em avançarmos um pouquinho, para não ficar sobrecarregada a pauta de amanhã, eu agradeceria a V.Exa. Faça essa solicitação para análise da Mesa e dos demais Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação. Peço que traga a matéria para a Mesa, para que possamos consultar os Líderes.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre os pronunciamentos do Deputado Ricardo Vale e do Deputado Wellington Luiz referentes ao que está acontecendo atualmente no País, faz dois anos que o Brasil está sangrando, primeiro, com a questão da Dilma. Para tirá-la do poder, levou-se mais de um ano. Depois a questão do Temer, para poder atingir os objetivos de algumas pessoas. Essa é outra discussão para mais de metro. Todos esses problemas que envolvem nosso País e nosso Presidente da República só fazem com que o País entre numa situação cada vez pior.

Então, o problema em si não é questão dos políticos apenas, é questão do sistema de governo. Eu acho que o nobre colega Deputado Ricardo Vale, ao convocar a população para ir às ruas tirar o Temer, deveria convocar a população para mudar o sistema de governo. É uma vergonha! Outro dia eu fui criticado, por um jornal aqui do Distrito Federal, pelo meu pensamento em relação ao sistema de governo do nosso País. É a pura verdade. A República afundou, e está levando todos os brasileiros juntos nesse mar de lama.

Lá fora, os jornais da América do Sul, da Europa, de tudo quanto é lugar, estão falando da monarquia no Brasil, da possível volta da monarquia no País. Até mesmo os jornais brasileiros estão dando ênfase à questão da volta da monarquia no Brasil, da mudança do sistema de governo. Nós temos pessoas decentes para assumir o País a qualquer momento, que não têm conchavo com nenhum político, nada. Num sistema parlamentarista, na primeira oportunidade que houvesse de mudar o primeiro-ministro, o imperador ou o rei, sei lá, teria poderes para destituir e convocar o Congresso para apresentar um novo primeiro-ministro, tudo muito rápido. Haveria agilidade para poder resolver o problema político do País.

Então, a minha observação, Sr. Presidente, é esta: em vez de chamar o povo para tirar o Temer, convoque o povo para poder mudar o sistema de governo que está aí, esta lastimável República.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu não vou nem responder ao Deputado Wellington Luiz, por quem tenho muito respeito. Acho que S.Exa. tem razão no que coloca, em alguns pontos.

O que eu disse, diferentemente do ex-Presidente Lula e da ex-Presidente Dilma, é que contra Temer há provas, gravações. Ele recebeu lá o Joesley e negociou com ele, para ficar pagando para o Cunha não abrir a boca. Está tudo gravado, está tudo nos jornais; diferentemente do Lula, que está sendo investigado e tem que ser investigado mesmo. Aliás, todos nós, que somos políticos, temos que ser. É dever dos órgãos de fiscalização investigar as nossas ações, e o Lula não está fora disso.

Diferentemente do Lula e da Dilma – não existe uma denúncia sequer –, quanto ao Temer, já está tudo comprovado nos áudios, nas gravações, na mala que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	12	

carregava 500 mil, Deputado Bispo Renato Andrade. Já está tudo claro quanto ao Temer. Ele é corrupto, e quem falou foi o Janot – não fui eu, não – e a imprensa. O Temer é corrupto e, por sê-lo, tem de sair. Já está comprovado que ele é corrupto. É inadmissível um País como o nosso manter um corrupto.

Por isso, estou falando que a população, o povo, tem de ir para as ruas. Não dá para fazermos de conta que Temer não é corrupto, porque ele é, está comprovado. Se Lula é corrupto, isso está sendo investigado e vai aparecer, se houver um áudio, uma gravação como essa, Deputado Joe Valle. Foi isto que eu quis dizer aqui: Temer não tem condições de ficar nem mais um dia como Presidente do País. Foi isso que eu falei, reforçando.

Respeito a opinião do Deputado Wellington Luiz. S.Exa. tem razão na sua colocação, todos os políticos têm que ser investigados. Lula está sendo investigado, como o foi Vaccari, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, que já foi absolvido. Moro o condenou, mas ele já foi absolvido. Vamos com calma, nada de proteger ninguém.

Temer comprovadamente é um mau elemento e deve ser afastado da presidência do Brasil urgentemente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito rapidamente, mas, em respeito ao meu amigo Deputado Ricardo Vale, só lembrando: e o triplex? Para que materialidade maior? Aquilo não é um barraco de fundo, não, Deputado! É um triplex, quer prova maior do que aquela? Acho que a primeira condenação está a caminho, não tem mais o que discutir. É um corrupto de carteirinha, inclusive nos envergonhou como sindicalista. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Faço uma consulta ao Plenário. Temos *quorum* para votação, e eu gostaria de saber se podemos iniciar nossa votação.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. Após a fala do Deputado, iniciaremos as votações.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Cumprimento todos os colegas Deputados na figura do nosso Presidente Deputado Joe Valle e do nosso Líder, o Deputado Wellington Luiz. Cumprimento todos na galeria.

Sr. Presidente, meu pronunciamento aqui é rápido e com sugestões construtivas. Nós tivemos um grande embate recentemente na Comissão de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

Economia, Orçamento e Finanças. Discutimos sobre a Polícia Civil, sobre orçamento para o SLU – Serviço de Limpeza Urbana e também sobre o sistema socioeducativo. Sempre nos esbarramos na questão da limitação orçamentária. Eu quero aproveitar a presença de todos aqui, não sei se a Secretária de Planejamento se encontra presente no plenário, mas aproveitei a presença do Líder de Governo, o Deputado Delmasso, para dizer que falta dinheiro para muitas coisas. Falta dinheiro para acréscimo salarial das categorias que tiveram perdas, faltam recursos para nomeações de novos profissionais.

Sr. Presidente, estive recentemente na Novacap e, para minha surpresa – eu rodo todo o Distrito Federal toda semana, Deputado Juarezão, inclusive estive nesse final de semana em Brazlândia –, várias cidades, Deputado Delmasso, precisam de uma ciclovias bonitas. As pessoas pedem muito ciclovias em todas as regiões e também em São Sebastião, região do nosso Deputado Lira. Para minha surpresa, Sr. Presidente, eu encontrei ali uma ciclovias de sete quilômetros sendo construída dentro do terreno da Novacap. É um indicativo de que está sobrando dinheiro no governo, ou então de que não se está dando prioridade para obras nas regiões, e está se construindo uma ciclovias. Eu não entendi nada. Gasta-se muito recurso ali. O pessoal, ou vai andar de bicicleta, ou vai caminhar, ou vai trabalhar. Não dá para entender.

Então, eu quero sugerir à Novacap que suspenda a construção daquela ciclovias e faça no Itapoã, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria. Temos tantas regiões precisando disso. Ou, então, que se economize e se coloque no orçamento para que possam ser contratados, por exemplo, os profissionais que estão aqui.

A outra questão, Sr. Presidente, é que eu recebi aqui, há algum tempo, uma carta da própria corretora de ativos do BRB. Ali, mais uma vez, falta recurso para muitas áreas. Agora, nós temos uma empresa do BRB chamada BSB Ativos, Deputado Chico Leite. O que essa BSB Ativos faz? Não faz nada, absolutamente nada! Só faz uma coisa: contrata profissionais para não fazerem nada. Contratou em torno de quarenta profissionais. Teve um prejuízo de 300 mil reais só no primeiro trimestre. Temos dez conselheiros, entre conselho de administração e conselho fiscal, ganhando mais de 5 mil reais cada um. Temos gerentes ganhando mais de 18 mil reais. Nós temos três diretores ganhando acima dos 35 mil reais, Deputado Delmasso. E estão alugando um prédio numa área nobre aqui de Brasília por mais de 100 mil reais mensais. Então, é um dinheiro que está indo para o ralo.

Eu tenho certeza de que, com a economia e com o fechamento dessa empresa, que não acrescenta em nada a gestão do Banco de Brasília, e também com o dinheiro que pode ser economizado na ciclovias de sete quilômetros da Novacap, nós poderemos aqui fazer um grande compromisso não só com esses profissionais, mas com os profissionais da Polícia Civil e também com os profissionais do SLU, que tiveram perdas salariais. Com essa economia, nós poderemos nomear esses profissionais e melhorar os salários dos profissionais do SLU.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu estava acompanhando atentamente os discursos. Dou as boas-vindas ao nosso amigo Deputado Prof. Reginaldo Veras. Deputado Prof. Reginaldo Veras, foi bom para V.Exa., porque só tivemos temas polêmicos na sua ausência.

Eu vi aqui o debate acalorado sobre Temer e Lula. Eu acho que temos que cuidar do Distrito Federal e deixar essas competências para o Congresso Nacional. Sobre esse negócio de ideologia partidária, nenhum partido aqui tem 100% de puritanos nem proibidade. Todos, até PSOL, Rede, PSDB – incluo meu partido também –, PMDB, qualquer um. Eu acho que temos que tirar esse debate ideológico daqui e resolver o que temos que resolver, tentar amenizar ou melhorar a situação do Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu venho aqui para narrar o que foi decidido hoje na última reunião ordinária do semestre da Mesa Diretora. Muitas pessoas, aves de mau agouro, desejam que a atual gestão desta Casa, de que faço parte como Segundo Secretário – que cuida da administração e das finanças da Casa –, não alcance as metas. Uma das metas era o concurso público. Fizeram guerrilhas de inverdades de diversas formas. Mas hoje nós tomamos um posicionamento ouvindo a parte técnica da Casa e elegemos a instituição Fundação Carlos Chagas para cuidar do nosso importante concurso.

É uma instituição séria, com experiência de concursos com mais de 100 mil inscritos e atualmente está fazendo o concurso do Tribunal Superior do Trabalho. Ela já fez concurso para diversos tribunais e legislativos pelo nosso Brasil. Então, foi uma escolha não ideológica, mas eminentemente técnica. Cada um da Mesa indicou um representante. Eu mesmo indiquei um procurador legislativo desta Casa, decano, que já foi procurador-geral, o Sidraque Anacleto, que me orientou. E nós fizemos a escolha certa. Parabéns ao Deputado Joe Valle, ao Deputado Wellington Luiz, à Deputada Sandra Faraj e ao Deputado Raimundo Ribeiro por essa primeira missão.

Hoje, coincidentemente, foi publicada a licitação da TV Distrital, de que muitos falam também, Presidente: “Quero ver vocês fazerem.” Não estamos nos comparando com gestão nenhuma. Queremos deixar um legado aqui nesta Casa e nós vamos deixar – com a TV, com a troca de cadeiras – fazendo mais com menos. Achar que economia não é cuidar da conservação e substituir o que tem que ser substituído, isso não é fazer economia, é trabalhar com medo. E o nosso limite, como o próprio Presidente disse, é a legalidade. Nós vamos fazer muito mais pelo Poder Legislativo e vamos dar conforto aos transeuntes e aos servidores desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Consulto os Parlamentares se alguém quer fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Primeiro, quero parabenizar V.Exa., o Deputado Robério Negreiros, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Raimundo Ribeiro e a Deputada Sandra Faraj pelo cumprimento dos primeiros compromissos da Mesa. É preciso dizer que a Mesa foi eleita pluripartidariamente, com compromissos e já está demonstrando-os: o concurso público e a TV Legislativa. Nós precisamos reconhecer isso e fazer todos juntos. Eu quero fazer esse reconhecimento publicamente.

Também quero aproveitar para fazer uma referência à manifestação do Deputado Robério Negreiros e dizer que eu também, como S.Exa., acredito que éticas e honestas são as pessoas, não são as instituições ou os partidos. Nós encontramos quem se desvie do caminho até nas famílias, nas igrejas.

Visto que S.Exa. citou a Rede Sustentabilidade, meu partido, do qual aqui exerço a Liderança, eu peço ao Deputado Robério Negreiros que, se S.Exa. conhecer alguém da Rede que tenha algum lapso de natureza ética ou de improbidade, noticie-me, que nós abriremos processo imediatamente. Na Rede, nós não aceitamos quem tem desvio ético.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Quero dar as boas-vindas ao nosso Deputado Prof. Reginaldo Veras, que retorna depois do seu acidente. S.Exa. já está pronto para trabalhar. Aguardamos, agora, o Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores aqui presentes acompanhando a votação do dia de hoje, eu creio que vamos conseguir avançar em algumas questões na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. Fiquei bastante esperançoso a partir das conversas com o Presidente na Comissão e com a Secretária de Planejamento.

Quero aproveitar, Presidente, e cumprimentar o Deputado Prof. Reginaldo Veras. Hoje a nossa Comissão funcionou, e sentimos muita a falta de S.Exa., mas conseguimos vencer toda a agenda, toda a pauta da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Sr. Presidente, na última sexta-feira, estive com alguns técnicos da CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal visitando a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	16		

Expansão de Samambaia na região de ocupação. Há entre 650 a 700 famílias lá. Esse número se ampliou enormemente neste governo.

É importante destacar que aquelas chácaras entre a Expansão de Samambaia da época do Governador Roriz e, depois, a Expansão da Samambaia – das oitocentas às mil – do período do Governo Arruda... Essa área tem, inclusive, uma área de parque, que é o Parque Guaxupé, se não me falha a memória, Sr. Presidente. Parte dele veio a ser ocupada por essas invasões que se desenvolveram, sobretudo, nos últimos meses, já neste governo.

As condições sanitárias, Sr. Presidente, são as piores possíveis. Na realidade, essa visita estava prevista para ser feita com o Presidente da Codhab, o arquiteto Gilson Paranhos, conhecido por todos nós. Infelizmente, ele foi chamado para um almoço com o Governador, que também se encontrava na cidade de Samambaia, e designou três técnicos: o Wesley, o Flávio e... Falta-me à memória o nome de um dos colegas. Foram três técnicos ao todo. Depois ainda vou lembrar o nome deles. E nós, então, pudemos fazer a visita.

Sr. Presidente, eu tive o cuidado, inclusive, de... Uma das casas são dois cubículos. Moram oito pessoas em dois pequenos cubículos em que mal cabem os beliches. Mas essas visitas sempre são extremamente educativas, para que a gente se sinta mais gente e mais solidário à população que mais precisa de nós. No mesmo dia, após essa visita, estivemos na 611, ao lado do Parque Três Meninas. Essa quadra também é famosa por ter sido nela que o Governador Roriz, à época, autorizou a dona Maria do Bairro a desenvolver projetos de atendimentos sociais à população de Samambaia. Alguns conjuntos do projeto original não foram ocupados. Ali também se desenvolveu, historicamente, uma ocupação de aproximadamente sessenta famílias, seguida de um chamado dente na área ambiental, que é bastante comprometida, já que foi onde ocorreu uma recente ocupação.

Essas visitas foram extremamente produtivas, porque há o interesse do governo em tentar encontrar um equacionamento para esses dois espaços. Entretanto, é necessária a presença do Poder Público, diálogo, cadastramento e selagem dos barracos.

Quero, com o apoio da Deputada Telma Rufino, Presidente da nossa Comissão de Assuntos Fundiários, fazer uma audiência no Paranoá, em uma ocupação chamada Bálamo. A Deputada me prometeu que iria fazer audiência lá dentro da ocupação. Espero, Sr. Presidente, agora nesse ritmo de audiências temáticas que vêm sendo propostas pela Câmara, que a gente faça logo uma audiência nesses espaços, porque também precisamos enxergar a situação dos mais pobres na nossa cidade.

Eu, claro, tenho o maior respeito com o setor produtivo. Inclusive, está presente aqui o Secretário Valdir. É um privilégio enorme tê-lo aqui para dialogar sobre essa pauta na cidade. Mas quero também, se a agenda da Câmara disponibilizar, juntamente com alguns outros colegas Deputados, talvez o Deputado

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Lira, que tem lá em São Sebastião um quadro tão grave quanto esse... Porque São Sebastião por inteiro foi uma cidade que nasceu de parcelamentos de chácaras, e precisamos enfrentar esse quadro não simplesmente com demolição, mas de uma maneira educativa.

V.Exa. sabe que estivemos lá na Cidade de Santa Maria, fazendo o debate com a associação dos carroceiros, para acomodar usuários de cavalos e carroças naquela região. V.Exa., inclusive, tem uma lei que prevê esse mecanismo e a substituição desse processo de trabalho com uso de carroça em algumas das nossas cidades, que é bastante presente no Paranoá, Itapoã, Arapoanga, em outras áreas de Planaltina e no Vale do Amanhecer. Nessas localidades, ainda se usa bastante esse sistema de transporte.

Então, Sr. Presidente, quero trazer esse relatório aqui e espero que, ao apresentar essa pauta, eu encontre o apoio dos nobres colegas Deputados e que possamos estar presentes nessa comunidade, bem como a Codhab e a Segeth, que são imprescindíveis, pois é lá que o plano urbanístico é desenvolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure. Consulto os Parlamentares se podemos começar as deliberações.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, boa tarde! O que me traz a esta tribuna no dia de hoje é um assunto fundamental para todos, que diz respeito às inúmeras instituições sem fins lucrativos que estão presentes em todo o território nacional.

Em especial, eu gostaria de destacar a Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira – CONAMAD, instituição forte, com 59 anos de existência, presente em todos os estados do Brasil, além de estar em 57 países, executando um trabalho social que garante a conservação e implementação de valores éticos e morais em nossa sociedade.

O Distrito Federal foi escolhido, na data de ontem, para a celebração da diplomação de cinco bispos dessa instituição. São eles: Bispo Abner Ferreira e Bispo Daniel Malafaia, ambos do Estado do Rio de Janeiro; Bispo Oídes do Carmo e Bispo Abigail de Almeida, do Estado de Goiás; e Bispo Dr. Samuel Ferreira, do Estado de São Paulo.

Quero registrar minha grande admiração e respeito pelo principal líder da CONAMAD, Bispo Manoel Ferreira, que, em seu mandato, na Câmara Federal – 2006 a 2010 –, desenvolveu um excelente trabalho, que foi reconhecido mundialmente ao ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz, no ano de 2008. Expresso aqui meus sinceros votos de sucesso para este servo de Deus, nesta nova etapa de evangelização no Brasil e no mundo afora.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	18		

Quero aproveitar este momento para destacar o trabalho social desenvolvido por essa instituição, levando a todos o conhecimento do evangelho, anunciando as boas novas, resgatando vidas, reestruturando famílias, formando cidadãos de bem e contribuindo, assim, de forma direta, com o Estado, pois proporciona para o indivíduo, através da fé, um grau de autoconfiança, consolo e consciência que o ajudará a lutar e buscar solução para os seus problemas.

Deixou aqui registrada a minha homenagem a esta instituição, a Conamad, estendendo o meu respeito e admiração a todos os seus bispos, pastores, membros e simpatizantes.

Sr. Presidente, eu também queria, de uma forma rápida, enaltecer a Câmara dos Deputados, que, no dia de ontem realizou uma sessão solene em homenagem à Igreja Universal do Reino de Deus, que, no dia 9 de julho, completará 40 anos de existência aqui no Brasil e já se estendeu a mais de 210 países. A sessão foi proposta pelo Senador Eduardo Lopes, bem como pelo Deputado Federal Márcio Marins. Estive presente, representando a Câmara Legislativa, e quero deixar aqui também o meu abraço ao Bispo Edir Macedo, que há 40 anos vem exercendo um papel muito importante para a sociedade brasileira. Parabéns à Igreja Universal do Reino de Deus, que, no dia 9 de julho, completa 40 anos de existência!

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Julio Cesar.

Esta Presidência encerra, então, os Comunicados de Parlamentares e passa à Ordem do Dia.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 155:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.444, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da criação, disponibilização e divulgação do Calendário Vacinal da Mulher em todas as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e hospitais da rede pública de saúde no Distrito Federal e dá outras providências".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.444, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da criação, disponibilização e divulgação do Calendário Vacinal da Mulher em todas as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e hospitais da rede pública de saúde no Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 156:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 322, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia Mundial do Hemofílico”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 322, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia Mundial do Hemofílico".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 157:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.203, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "dispõe sobre a proibição da solicitação de cupom de compra coletiva na forma que especifica em estabelecimentos comerciais que servem refeição ou bebida como restaurantes, churrascarias, bares, padarias, lanchonetes e similares, em rodízio ou listados em cardápio, e dá outras providências".

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.203, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "dispõe sobre a proibição da solicitação de cupom de compra coletiva na forma que especifica em estabelecimentos comerciais que servem refeição ou bebida como restaurantes, churrascarias, bares, padarias, lanchonetes e similares, em rodízio ou listados em cardápio, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 158:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.042, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que "institui a Semana da África no Distrito Federal".

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.042, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que "institui a Semana da África no Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 159:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.372, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Advogado Criminalista".

Aprovado em primeiro turno.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.372, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Advogado Criminalista”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 160:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 991, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “institui a Semana da Diversidade Sexual e Promoção dos Direitos Humanos”.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 abstenções: Deputado Delmasso e Deputado Julio Cesar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 991, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “institui a Semana da Diversidade Sexual e Promoção dos Direitos Humanos”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 161:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.026, de 2012, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dá a denominação de Praça CL Antônio Maciel Pinheiro à Praça da Quadra 02 do Setor Norte do Gama/DF”.

Aprovado em primeiro turno.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Volto, retifico. Próximo item de pauta não é o nº 161, mas o nº 162.

Item nº 162:

Discussão e votação, em 1º turno, em Regime de Urgência, do Projeto de Lei nº 1.537, de 2017, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Lei nº 4.342, de 22 de junho de 2009, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e dá outras providências”.

Aprovados os pareceres da CAS e da CCJ. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.537, de 2017, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Lei nº 4.342, de 22 de junho de 2009, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e dá outras providências”.

Estando a matéria de acordo com o artigo 64, II, *b*, do nosso Regimento Interno, sou de parecer favorável à admissibilidade e aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Item nº 163:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 584, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a inclusão, no Calendário Oficial do Distrito Federal, do Dia do Agente Policial de Custódia da Polícia Civil do Distrito Federal, a ser comemorado no dia 28 de julho de cada ano”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Item nº 164:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.279, de 2012, de autoria da Deputada Celina Leão, que “estabelece regras para consultas junto ao

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

sistema de proteção ao crédito no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Item nº 165:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 568, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o FEST VIDA, realizado anualmente em Brasília”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Item nº 166:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 400, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, a Semana de Gestão Ambiental e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Item nº 167:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 732, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

fixação de cartazes em Delegacias de Polícia do Distrito Federal, orientando a população sobre falsa comunicação de crime ou de contravenção e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 168:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.002, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos e pesticidas por seus produtores e comerciantes”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 169:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 571, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre o incentivo à instituição de bancos comunitários de sementes e mudas e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 170:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	27		

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.029, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “estabelece diretrizes para a utilização do Lago Paranoá para a prática desportiva de *kite surf* e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 171:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 514, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “institui o dia de luta contra a medicalização da educação e da sociedade”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 172:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “assegura no âmbito do Distrito Federal o atendimento aos alunos deficientes surdos-mudos e visuais nos cursos livres preparatórios para concurso público e de pré-vestibular, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 173:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	28		

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 295, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “institui princípios e diretrizes para nortear o conjunto de ações públicas distrital relativas ao atendimento a crianças de até 6 (seis) anos de idade e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como nós sabemos que há uma discussão sobre o órgão responsável e como este é um assunto que compete ao Poder Executivo, eu queria adiantar o meu voto pela abstenção, porque isso vai gerar um ruído muito grande. É um projeto que trata de um tema que tem que ser discutido pelo Conselho de Educação e pelos órgãos responsáveis.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Está em discussão, vou colocar em votação, e V.Exa. se abstém.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 3 abstenções, da Deputada Luzia de Paula, do Deputado Prof. Reginaldo Veras, e do Deputado Prof. Israel.

Item nº 174:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 612, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “altera a Lei nº 4.375, de 28 de julho de 2009, que institui a Semana de Combate à Pedofilia e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 175:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 940, de 2016, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “institui e inclui no Calendário Oficial de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Eventos do Distrito Federal o Dia Distrital de Mobilização e Combate aos mosquitos *Aedes Aegypti* e *Aedes Albopictus*, transmissores da dengue, zyka e febre chikungunya e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 176:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.034, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que “institui e inclui no Calendário de Eventos do Distrito Federal o Dia do Terapeuta Ocupacional”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 177:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 263, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a aplicação de penalidades às instituições que não procederem à baixa de gravame sobre veículo automotor nos prazos legalmente fixados”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 1 abstenção do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

A matéria segue a tramitação regimental.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	30		

Item nº 178:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 723, de 2015, de autoria do Deputado Chico Leite, que “dispõe sobre a notificação compulsória em casos de fissura labiopalatal pelas entidades públicas e privadas do sistema de saúde do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 179:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 703, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do preço total e unitário dos produtos e do valor do desconto unitário”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 180:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 827, de 2015, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Festival Taguatinga de Cinema”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	31	

Eu gostaria de retornar ao item nº 168, porque esse projeto que foi votado é de minha autoria.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Item nº 168:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.002, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos e pesticidas por seus produtores e comerciantes”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 181:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 40, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “estabelece normas de finanças públicas com o objetivo de garantir a observância dos princípios de responsabilidade e transparência da gestão fiscal nas transições de governo no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Quero fazer uma observação. Como combinado no Colégio de Líderes, estamos agora complementando os quatro projetos por Deputado. Como esses projetos não têm tramitação concluída nas Comissões, mas estão há mais de sessenta dias nelas, nós estamos trazendo-os diretamente para fazer os pareceres no plenário, como combinado. Vamos, então, entrar agora nos projetos de Deputados que estão há mais de sessenta dias nas Comissões e que estamos trazendo para plenário.

Vou solicitar, então, que as Comissões façam seus pareceres no plenário.

Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que deverão se manifestar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 40, de 2015, solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	32	

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre o item nº 181, discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 40, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “estabelece normas de finanças públicas com o objetivo de garantir a observância dos princípios de responsabilidade e transparência da gestão fiscal nas transições de governo no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências”, eu já tenho uma lei, aprovada nessa legislatura, similar a esta.

Então, é preciso que se faça uma emenda revogando o artigo que revoga a minha lei ou que se retire este projeto de pauta, porque já foi aprovada lei nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu vou suspender a votação desse projeto do Deputado Raimundo Ribeiro, porque S.Exa. não está aqui. Quando S.Exa. chegar, conversem, e a gente retoma ou não a proposição.

Deputado Prof. Israel, em função da observação do Deputado Cristiano Araújo e como o Deputado Raimundo Ribeiro não se encontra em plenário, vamos passar para o próximo item de pauta.

Item nº 182:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.470, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispensa as pessoas físicas e jurídicas que gozam de imunidade tributária de reiterar, perante qualquer órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal, o requerimento do benefício”.

A proposição ainda não recebeu parecer das Comissões. A Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário.

A Presidência designa o Deputado Delmasso para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Delmasso, que profira parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.470, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispensa as pessoas físicas e jurídicas que gozam de imunidade tributária de reiterar, perante qualquer órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal, o requerimento do benefício”.

O autor da proposta apresenta justificativa tendo em vista que a imunidade tributária é estabelecida pela Constituição da República Federativa do Brasil e não precisa de comprovação, a partir do momento em que o Estado reconhece a sua existência.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

Portanto, somos favoráveis à aprovação, quanto ao mérito, do referido projeto, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Esta Presidência designa o Deputado Julio Cesar para emitir parecer sobre a matéria pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.470, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispensa as pessoas físicas e jurídicas que gozam de imunidade tributária de reiterar, perante qualquer órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal, o requerimento do benefício”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Julio Cesar para emitir parecer sobre a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	34		

Justiça ao Projeto de Lei nº 1.470, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "dispensa as pessoas físicas e jurídicas que gozam de imunidade tributária de reiterar, perante qualquer órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal, o requerimento do benefício".

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.470, de 2017. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 1 abstenção, do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 183:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.079, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 442, de 10 de maio de 1993".

A Presidência designa o Deputado Julio Cesar para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	35	

ao Projeto de Lei nº 1.079, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 442, de 10 de maio de 1993”.

Considerando os aspectos de regimentalidade, constitucionalidade e legalidade, não vemos óbice à admissibilidade e à aprovação do projeto.

Aproveito para parabenizar a Deputada Liliane Roriz. A sociedade já está cansada de, mesmo economizando, ter que pagar a taxa máxima do consumo mínimo.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, votamos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, agradeço muito sua participação; mas, infelizmente, V.Exa. ainda está de licença médica, não pode votar.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Não posso? Eu posso votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não pode, infelizmente.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – V.Exa. confirmou que está voltando hoje?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Não. Eu sei que ainda estou de licença médica, mas, regimentalmente, fui orientado de que posso participar das sessões normalmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Mas não votar. Nem votar nem dar parecer...

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Até porque isso já aconteceu com outros Parlamentares em outras ocasiões.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não. De se manifestarem, não: foi cancelada toda participação deles.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Eu não posso votar?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não, V.Exa. não pode votar, a não ser que já se coloque à disposição e oficialize sua decisão.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Eu posso pedir verbalmente, neste momento, a suspensão da minha licença médica?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não. Tem que ter assinatura do médico.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não. Não precisa do médico não.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, para não criar imbróglis que venham a ser questionados depois, vou seguir as orientações, vou

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

continuar de licença médica. Mas peço autorização para acompanhar a sessão sem manifestar voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – É claro que V.Exa. tem autorização, meu companheiro de bloco!

A Presidência designa o Deputado Prof. Israel para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.079, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 442, de 10 de maio de 1993”.

Dado o que já foi exposto pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras, que não poderia emitir o parecer, somos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 1.079, de 2016, e pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1079, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 184:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.232, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre os aplicativos de carona solidária no Distrito Federal”.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que designe outro relator para emitir parecer Comissão de Defesa do Consumidor, para não prejudicar o projeto do Deputado Prof. Israel. Não faço parte dessa Comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Rafael Prudente, é porque o projeto é da legislatura anterior, de 2016, e aqui estava desatualizado.

Só lembrando e esclarecendo que esses são projetos com mais de sessenta dias nas Comissões e nós os estamos trazendo ao plenário, regimentalmente colocados, para complementar os quatro projetos de cada Deputado, como ficou acordado no Colégio de Líderes.

A Presidência designa a Deputada Liliane Roriz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 1.232, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre os aplicativos de carona solidária no Distrito Federal”.

Consideramos o projeto de lei em análise meritório, pois permite que seja ofertado ao consumidor o aplicativo de carona solidária baseado em tecnologia de comunicação em rede. É permitido ao motorista prestador de carona solidária dividir com os passageiros por meio de aplicativo os custos com combustíveis e manutenção do veículo. Não há relação com a atividade de taxi e de transporte privado de passageiro, uma vez que é expressamente vedada a cobrança de qualquer remuneração pelo serviço de transporte.

A proposição disciplina a atuação das empresas responsáveis pelos aplicativos, que podem cobrar dos usuários cadastrados remuneração pelos serviços de intermediação entre motorista e passageiro e de coordenação da divisão custo, mediante autorização pública específica que deve ser expedida em forma do regulamento.

A medida incentiva a prática de carona no Distrito Federal que possui uma frota de 1 milhão e 600 mil veículos, o que corresponde a uma relação de 55 veículos para cada 100 habitantes. Ao promover o maior aproveitamento dos automóveis, que no Brasil apresenta uma taxa média de ocupação inferior a 1,5 pessoa por carro, a medida contribui para a melhoria do trânsito e para minimizar os impactos causados ao meio ambiente e à saúde pública decorrentes da emissão de gases poluentes na atmosfera.

Diante do exposto, manifestamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.232, de 2016, no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer ao Projeto de Lei nº 1.232, de 2016. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	38		

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.232, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre os aplicativos de carona solidária no Distrito Federal”.

Sr. Presidente, estando o projeto de acordo com o art. nº 64, II, *b*, do nosso Regimento Interno, somos de parecer favorável à admissibilidade e aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.232, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre os aplicativos de carona solidária no Distrito Federal”.

Em realidade, a proposição, pelo que posso inferir, traça normas programáticas sobre a matéria que especifica, de maneira que não há problema por isso, quanto à iniciativa e quanto ao instrumento utilizado, razão pela qual nos manifestamos pela admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA		39

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.232, de 2016, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 185:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.542, de 2017, de autoria do Deputado Chico Leite, que "institui e inclui no calendário oficial do Distrito Federal, o Abril Indígena".

A proposição não recebeu pareceres das Comissões. A CESC e a CCJ deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Wasny de Roure, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.542, de 2017, de autoria do Deputado Chico Leite, que "institui e inclui no calendário oficial do Distrito Federal, o Abril Indígena".

A propositura procura resgatar a história do povo brasileiro, do povo indígena, portanto, vem somar-se ao resgate da nossa história.

Não há dúvida de que, no mérito, a propositura apresentada pelo nobre colega resgata a enorme contribuição dessa população anterior à chegada dos portugueses na nossa sociedade. Portanto, a sua contribuição deve ser cravada na vida cotidiana do povo brasileiro, em particular do povo do Distrito Federal, que é a Capital da República.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	40		

Eu quero aqui fazer um registro particular ao autor da propositura, pela qualidade do projeto, sobretudo no que diz respeito à justificção. É importante que os Deputados tenham claro que a justificção é um componente extremamente importante, apesar de que, quando nós votamos, nós não votamos no conteúdo da justificção. Mas o que legitima o conteúdo da propositura é a justificativa, e isso o nobre Deputado Chico Leite fez muito bem.

Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável. Cumprimento o proponente da matéria.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da CESC. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.542, de 2017, de autoria do Deputado Chico Leite, que “institui e inclui no calendário oficial do Distrito Federal, o Abril Indígena”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, já pelo exposto pelo nobre Deputado Wasny de Roure, somos pela constitucionalidade e admissibilidade do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.542, de 2017, em primeiro turno.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Eu gostaria de retificar a votação do Projeto de Lei nº 295, de 2015, em primeiro turno. Foram 18 Deputados, foi aprovado com 18 votos, sendo 2 abstenções, e não 3, retirando o voto do nosso Líder, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Item nº 186:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.023, de 2016, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os assentos do transporte coletivo do DF e do Metrô serem preferenciais”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.159, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “dispõe sobre os assentos preferenciais no transporte rodoviário e metroviário do Distrito Federal”.

Aprovado o parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais na forma de ambos projetos. Retorno o projeto ao Relator para que se manifeste novamente sobre os projetos.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre os referidos projetos.

Solicito ao Relator, Deputado Juarezão, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.023, de 2016, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os assentos do transporte coletivo do DF e do Metrô serem preferenciais”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.159, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “dispõe sobre os assentos preferenciais no transporte rodoviário e metroviário do Distrito Federal”.

Diante do exposto, manifestamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.023, de 2016, e do Projeto de Lei nº 1.159, 2016, em tramitação conjunta, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, designo o Deputado Rafael Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.023, de 2016, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os assentos do transporte coletivo do DF e do Metrô serem preferenciais”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.159, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “dispõe sobre os assentos preferenciais no transporte rodoviário e metroviário do Distrito Federal”.

No âmbito desta Comissão, mostram-se meritórios na forma do substitutivo apresentado por este Relator. Somos favoráveis à sua aprovação, ficando a autoria daquele que precedeu as iniciais.

Importante dizer aqui também, no parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que não existe nenhum tipo de acréscimo orçamentário à matéria. Sr. Presidente, quero deixar claro que acatamos o parecer ao substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela aprovação e admissibilidade.

É o voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	43	

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.023, de 2016, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os assentos do transporte coletivo do DF e do Metrô serem preferenciais”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.159, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “dispõe sobre os assentos preferenciais no transporte rodoviário e metroviário do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade dos referidos projetos na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, em tramitação conjunta, o Projeto de Lei nº 1.023, de 2015, e o Projeto de Lei nº 1.159, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados na forma do substitutivo com a presença de 17 Deputados.

Retifico a votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.470, de 2017, com 18 votos favoráveis. Não houve abstenção. Retirando a abstenção do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Item nº 187:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.275, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “institui a semana distrital de orientação profissional para o primeiro emprego nas escolas públicas do Distrito Federal”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

A proposição não recebeu os pareceres da Comissão de Educação, Saúde e Cultura e da Comissão de Constituição e Justiça, que deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.275, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “institui a semana distrital de orientação profissional para o primeiro emprego nas escolas públicas do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, somos pela aprovação do referido parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.275, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “institui a semana distrital de orientação profissional para o primeiro emprego nas escolas públicas do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação do referido parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 188:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 272, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre o ingresso do consumidor em salas de cinemas e similares adquiridos fora das dependências desses estabelecimentos”.

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A Comissão de Defesa do Consumidor e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário.

A Presidência designa o Deputado Wellington Luiz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 272, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre o ingresso do consumidor em salas de cinemas e similares adquiridos fora das dependências desses estabelecimentos”.

Sr. Presidente, diante das considerações tecidas, esta relatoria vota favoravelmente à aprovação quanto ao mérito do Projeto de Lei nº 272, de 2015, nesta comissão, nos termos do substitutivo apresentado, que segue acompanhado da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, citado em um dos dispositivos.

É assim que nos manifestamos, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 272, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre o ingresso do consumidor em salas de cinemas e similares adquiridos fora das dependências desses estabelecimentos”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do referido projeto com seu substitutivo. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 190:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.292, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “cria norma para o serviço de entrega de alimentos de consumo imediato no âmbito do Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A Comissão de Defesa do Consumidor e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 1.292, de 2016, de autoria do Deputado Lira,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

que “cria norma para o serviço de entrega de alimentos de consumo imediato no âmbito do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, somos pela aprovação do referido projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.292, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “cria norma para o serviço de entrega de alimentos de consumo imediato no âmbito do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	48		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que fosse incluído na pauta o Requerimento nº 2.826, de 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato o pedido de V.Exa. Solicito que o traga à Mesa.

Item nº 191:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.507, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "cria o Programa de Atendimento Hospitalar Multidisciplinar às Pessoas Vítimas de Crimes de Abuso e Violência Sexual no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das Comissões. Foi apresentada uma emenda na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto e sobre a emenda.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre o projeto e a emenda em discussão.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 1.507, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "cria o Programa de Atendimento Hospitalar Multidisciplinar às pessoas vítimas de crimes de abuso e violência sexual no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Em face do exposto, mediante a análise do mérito que compete à Comissão de Ética, nós nos manifestamos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.507, de 2017, nos termos do substitutivo que ora apresento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	49		

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.507, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “cria o Programa de Atendimento Hospitalar Multidisciplinar às Pessoas Vítimas de Crimes de Abuso e Violência Sexual no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Tendo em vista que o projeto atende às formalidades previstas no art. 62, *b*, do nosso Regimento Interno, sou de parecer favorável à admissibilidade e aprovação do referido projeto na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.507, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “cria o Programa de Atendimento Hospitalar Multidisciplinar às Pessoas Vítimas de Crimes de Abuso e Violência Sexual no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do referido projeto na forma do seu substitutivo. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.507, de 2017. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 192:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “institui e inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, o Encontro Anual de Motociclistas do Distrito Federal e Entorno, a ser realizado anualmente no segundo domingo do mês de setembro”.

Aprovado parecer favorável da CESC. A CCJ deverá se manifestar em plenário sobre o projeto.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.071, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “institui e inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, o Encontro Anual de Motociclistas do Distrito Federal e Entorno, a ser realizado anualmente no segundo domingo do mês de setembro”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.071, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	51	

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 193:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 704, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "cria o bilhete especial do desempregado no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Aprovado parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 704, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "cria o bilhete especial do desempregado no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Estando de acordo com o art. 64, 2b, sou de parecer favorável à admissibilidade e à aprovação do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Esta Presidência lembra que esses projetos são os que estão há mais de sessenta dias nas Comissões. Regimentalmente nós os trouxemos ao plenário, completando os quatro projetos de cada Deputado, como combinado no Colégio de Líderes.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 704, de 2015, de autoria do Deputado Robério

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	52		

Negreiros, que “cria o bilhete especial do desempregado no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto em questão.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

(Assume a Presidência Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 194:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.882, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que “institui o Estatuto do Artesão no Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A Comissão de Educação, Saúde e Cultura; a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

Pergunto ao Deputado Wasny de Roure se o projeto já foi devolvido, conforme o pedido de vista feito pelo Deputado. (Pausa.)

Já foi devolvido, já foi confirmado. Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Wasny de Roure, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, designo a Deputada Luzia de Paula. Eu estou aguardando uma ligação urgente.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, pelo que me consta, nós votamos esse projeto hoje na Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputada Luzia de Paula, foi votado hoje? Perdoe-me, então, Deputada Luzia de Paula.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vou confirmar, então.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, precisamos dessa confirmação. Estou pronta para proferir o parecer.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputada Luzia de Paula, estou tendo a informação de que o projeto não foi votado, foi retirado da pauta, porque ele vinha para ser votado em plenário. Foi por isso que não foi votado na Comissão.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Estou à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

PARECER Nº 02 , DE 2017 - CESC

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA sobre o Projeto de Lei Nº 1882, de 2014, que institui o Estatuto do Artesão no Distrito Federal e dá outras providências.

AUTOR: Deputado JOE VALLE
RELATOR: Deputado RAIMUNDO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura o Projeto de Lei nº 1882, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle.

A proposição institui o Estatuto do Artesão do Distrito Federal.

O Projeto de Lei nº 1882/14 foi distribuído a esta Casa, no dia 23 de abril de 2014, tendo sido lido em plenário no dia 24 de abril de 2014, sendo distribuído à Comissão de Educação, Saúde e Cultura para parecer e análise do mérito, no dia 25 de abril de 2014.

Em 23 de maio de 2014, foi designado o Deputado WELLINGTON LUIZ como Relator.

Em 25 de fevereiro de 2015 o Projeto de Lei nº 1882/14 foi encaminhado ao Setor de Apoio às Comissões Permanentes tendo em vista o art. 137 do Regimento Interno da Câmara Legislativa.

A Portaria nº 40, de 27 de fevereiro de 2015, determinou a retomada do Projeto de Lei nº 1882/14, nos termos do art. 137 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em acatamento ao Requerimento nº 42/2015, de autoria do Deputado Joe Valle.

Em 17 de março de 2017, de ordem do Presidente desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura, foi designado o Deputado Raimundo Ribeiro como Relator deste Projeto de Lei.

O Projeto de Lei apresenta a cláusula de vigência e de revogação.

Não foram apresentadas Emendas em relação ao Projeto de Lei nº 1882 de 2014.

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL nº	1882 / 2014
Folha nº	16
Matrícula:	42058 Rubrica:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****II – VOTO DO RELATOR**

Nos termos do art. 69, I, c, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Educação, Saúde e Cultura, analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito de matérias relacionadas à cultura.

Considerando as atividades artesanais como expressão cultural dos povos, a necessidade de fortalecer economicamente esta atividade, torna necessária e oportuna a proposta em análise, que pretendem disciplinar a atividade destes profissionais, tema ainda sem regramento na legislação atual.

Infelizmente o artesanato não tem, tradicionalmente, tido êxito em se firmar como atividade econômica sólida, sendo que algumas de suas formas se mantêm na obscuridade como atividades secundárias, ou seja, “bicos” que às vezes trazem lucros aos artesãos.

A criação do Estatuto do Artesanato coloca o Distrito Federal na vanguarda da valorização das atividades desses artistas, agregando o devido valor a seus produtos e permitindo que abandonem a informalidade e se dediquem de forma exclusiva a seus ofícios.

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura, manifestamos voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1882 de 2014, da autoria do Deputado Joe Valle, em atenção ao previsto no art. 130 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sala das Comissões, de de 2017.

Deputado WASNY DE ROURE

Presidente

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO

Relator

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CEEC	
PL nº	1882/2014
Folha nº	17
Matrícula: 12058	Rubrica:

PMS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	54		

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.882, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que "institui o Estatuto do Artesão no Distrito Federal e dá outras providências".

Antes de tudo, quero parabenizar o Deputado Joe Valle, porque fui Secretário de Estado de Trabalho por mais de três anos e não consegui fazer com que isso andasse. V.Exa., mesmo ao longe, conseguiu aquilo que eu, estando lá dentro, não consegui. Meus parabéns pela sua habilidade!

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, somos pela admissibilidade do referido projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Delmasso para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Delmasso, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	55	

de Lei nº 1.882, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que “institui o Estatuto do Artesão no Distrito Federal e dá outras providências”.

Tendo em vista que não há óbice quanto à sua constitucionalidade, somos pela admissibilidade e aprovação do referido projeto de lei.

Quero também parabenizar o Deputado Joe Valle, porque, da mesma forma que o Deputado Bispo Renato Andrade foi Secretário de Trabalho, eu também fui e não consegui fazer isso durante a nossa gestão. Parabéns, Deputado Joe Valle!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.882, de 2014, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir uma orientação à Mesa. Gostaria que V.Exa. confirmasse se a ementa do item extrapauta nº 1 da sessão ordinária é esta: “altera a Lei nº 4.375, de 28 de julho de 2009, que institui a Semana de Combate à Pedofilia e dá outras providências”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não, está errado. Está digitado errado aí. A ementa é “dispõe sobre a aplicabilidade, a integração e a produção de feitos na legislação distrital de convênios e demais atos celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, nos termos da Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, e dá outras providências”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Quer dizer, o projeto de lei é o mesmo, mas a ementa não?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	56	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Isso. A ementa saiu errada. Já está sendo alterada e distribuída aos Deputados. Obrigado pela observação, Deputado Wasny de Roure.

Item nº 195:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.246, de 2016, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “obriga a instalação de dispositivo eletrônico de segurança – Botão do Pânico – em todos os veículos coletivos que compõem a frota de transporte público que circula no Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A Comissão de Segurança, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Lira, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 1.246, de 2016, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “obriga a instalação de dispositivo eletrônico de segurança – Botão do Pânico – em todos os veículos coletivos que compõem a frota de transporte público que circula no Distrito Federal e dá outras providências”.

O parecer da Comissão é pela aprovação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 1 abstenção, do Deputado Delmasso.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.246, de 2016, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “obriga a instalação de dispositivo eletrônico de segurança – Botão do Pânico – em todos os veículos coletivos que compõem a frota de transporte público que circula no Distrito Federal e dá outras providências”.

O parecer é pela admissibilidade e aprovação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	57	

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 1 abstenção, do Deputado Delmasso.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.246, de 2016, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “obriga a instalação de dispositivo eletrônico de segurança – Botão do Pânico – em todos os veículos coletivos que compõem a frota de transporte público que circula no Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.246, de 2016, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Item nº 196:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 850, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “dispõe sobre o direito de informação do consumidor dos serviços de saúde no Distrito Federal”.

Aprovado o parecer favorável da CAS. A CESP e a CCJ deverão se manifestar em plenário sobre o projeto e a emenda.

Estamos aguardando até que o projeto chegue à Mesa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	58	

Passamos ao próximo item.

Item nº 197:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 283, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “institui a política distrital dos serviços ambientais e cria o Programa Distrital de Pagamento por Serviços Ambientais Cuidadores das Águas, no Distrito Federal”.

Aprovado o parecer favorável da CDESCTMAT. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar em plenário sobre o projeto e o substitutivo.

A Presidência designa o Deputado Prof. Israel para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do substitutivo ao Projeto de Lei nº 283, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “institui a política distrital dos serviços ambientais e cria o Programa Distrital de Pagamento por Serviços Ambientais Cuidadores das Águas, no Distrito Federal”.

Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação e admissibilidade na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito a inclusão do PDL nº 165, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, posto que S.Exa. está em licença de casamento. É uma concessão de título de Cidadão Honorário. Falta apenas o parecer da CCJ.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	59	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Prof. Israel, nós não estamos incluindo, além da cota de quatro projetos, projetos com tramitação não concluída. Nós colocamos os quatro projetos para cumprirmos a cota e projetos com mais de sessenta dias nas Comissões.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – E se eu solicitar a V.Exa. uma troca?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Uma troca?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Isso. Eu retiro o PDL nº 79, de 2015, e peço para acrescentar o PDL nº 165, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Se ele já estiver com a tramitação concluída...

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação do Deputado Prof. Israel.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça do substitutivo ao Projeto de Lei nº 283, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “institui a política distrital dos serviços ambientais e cria o Programa Distrital de Pagamento por Serviços Ambientais Cuidadores das Águas, no Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça somos pela admissibilidade do projeto na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o Projeto de Lei nº 283, de 2011, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como nós estamos votando os projetos que estão em tramitação há muito tempo, existe o Projeto de Lei nº 1.514, de 2007 – inclusive, é um pedido da Federação da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	60	

Agropecuária –, se V.Exa. entender que é possível, solicito que o coloquemos em votação hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação e o incluo.

Em discussão o Projeto de Lei nº 283, de 2011, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 17 Deputados.

Item nº 198:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.541, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a comercialização no Distrito Federal de cervejas, refrigerantes, águas minerais e águas adicionadas de sais embaladas em garrafas de vidro”.

A proposição não recebeu pareceres das Comissões. A CDC e a CCJ deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Ricardo Vale, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer um registro de que esse projeto de autoria do Deputado Chico Vigilante foi bastante elogiado pelos ambientalistas, tendo em vista que ele trata da questão da garrafa de vidro. Ou seja, dá uma finalização e uma penalidade sobre a produção de garrafa de vidro no âmbito do Distrito Federal.

Então, eu queria fazer esse registro, pela importância que o projeto tem para a cidade neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Como o projeto anterior, também na questão da política ambiental, a lei de compensação ambiental merece igualmente um elogio grande por parte desta Mesa.

Solicito ao Relator, Deputado Ricardo Vale, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 1.541, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a comercialização no Distrito Federal de cervejas,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	61	

refrigerantes, águas minerais e águas adicionadas de sais embaladas em garrafas de vidro”.

Em face da importância da matéria, contamos com o apoio dos demais Deputados.

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação desse projeto de lei.

É o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.541, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a comercialização no Distrito Federal de cervejas, refrigerantes, águas minerais e águas adicionadas de sais embaladas em garrafas de vidro”.

Sr. Presidente, peço alguns minutos para a leitura. Já retorno com o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu gostaria então de aguardar, dou esse tempo de espera. Volto ao Projeto de Lei nº 197, vou fazer uma retificação. Nós fizemos a votação do projeto de lei duas vezes e não votamos o parecer da Deputada Sandra Faraj na Comissão de Constituição e Justiça.

Ratificando, o parecer foi aprovado com a presença de 17 Deputados. É o Projeto de Lei nº 283, de 2011, parecer da CCJ.

Vamos ao próximo.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj para emitir o parecer ao Projeto de Lei nº 1.541, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	62		

A Presidência designa o Deputado Prof. Israel para proferir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.541, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a comercialização no Distrito Federal de cervejas, refrigerantes, águas minerais e águas adicionadas de sais embaladas em garrafas de vidro”.

Sr. Presidente, o nosso parecer é pela admissibilidade e aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 199:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.342, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de hospitais públicos e privados e instituições congêneres a notificarem ocorrência de uso de bebidas alcoólicas e/ou entorpecentes por crianças e adolescentes”.

Informo que este projeto ainda não chegou à Mesa.

Passaremos ao próximo item de pauta.

Item nº 200:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 12, de 2011, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que “altera os art. 63 e 132 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 167, de 2000”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				63	

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/2011

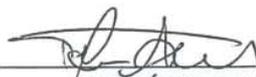
DATA: 28/06/2017

AUTORIA: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB	1					
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			19	0	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
19	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5. CEP: 70094-902 - Brasília-DF. Tel: (61)3348-8793

www.cl.df.gov.br

SECRETARIA LEGISLATIVA

PR Nº 12 / 2011

Folha nº 37 gml

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	64		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 201:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 22, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “torna obrigatória a publicação no portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal das emendas parlamentares inseridas na Lei Orçamentária Anual e a seus créditos adicionais”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 202:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 43, de 2017, de autoria do Deputado Robério Negreiros que determina “acrescentem-se ao art. 33 os § 7º e § 8º e dá nova redação ao art. 34 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

A Mesa Diretora e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto e a emenda apresentada.

Designo o Deputado Wellington Luiz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer ao Projeto de Resolução nº 43, de 2017, de autoria do Deputado Robério Negreiros que determina “acrescentem-se ao art. 33 os § 7º e § 8º e dá nova redação ao art. 34 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

Entendemos que a presente medida legislativa é de suma importância, pois resguardará o direito a todos os Líderes, dentre outras atribuições regimentais, as prerrogativas do art. 32 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, bem como a igualdade no órgão de discussão e de negociação política, que vem a ser o Colégio de Líderes. Assim sendo, será fundamental para o processo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

legislativo, pois viabiliza a conciliação entre os diferentes interesses das categorias representadas na Casa.

Pedimos, portanto, o apoio dos ilustres colegas Deputados para a presente proposição.

Sr. Presidente, o parecer é pela aprovação, na forma da emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Wasny de Roure falou com correção aqui. Será na forma da emenda substitutiva, porque essa emenda – e gostaria até de parabenizar a bancada do PT – melhora o texto e coloca algumas condições, incluindo que o Líder da Minoria e o da Maioria, como é no Congresso Nacional, não têm direito a voto no Colégio de Líderes, mas, em função da representatividade, têm direito a fala. A aprovação se dá na forma da emenda substitutiva, não na forma de simples emenda.

(Manifestações fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Retorno a palavra ao Relator, Deputado Wellington Luiz, para emitir parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acato o substitutivo, bem como a emenda de redação do autor, Deputado Robério Negreiros.

É o parecer, Sr. Presidente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Tendo em vista que houve melhoria do texto com o substitutivo e que a minha emenda de redação alteraria a ordem dos parágrafos, eu gostaria de retirar a emenda de redação ou de solicitar a sua rejeição, para que prevaleça só o substitutivo da bancada do PT.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator da Mesa que retifique o parecer.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Retificando, o parecer é favorável ao projeto na forma do substitutivo, Sr. Presidente, tendo em vista a retirada da emenda de redação do Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 43, de 2017, de autoria do Deputado Robério Negreiros que determina "acrescentem-se ao art. 33 os § 7º e § 8º e dá nova redação ao art. 34 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal".

Sr. Presidente, pela Comissão de Constituição e Justiça, nós somos pela admissibilidade do projeto na forma do substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 43, de 2017, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				67	

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

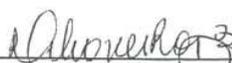
(Procede-se à votação nominal.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017	
---	--	---

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43/2017 DATA: 28/06/2017
 AUTORIA: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS
 TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB	1					
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			20	0	0	4	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
20	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
4	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
20	QUÓRUM VOTANTE


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA LILIANE RORIZ

Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5. CEP: 70094-902 - Brasília-DF. Tel: (61)3348-8793

www.cl.df.gov.br

SECRETARIA LEGISLATIVA
 PR Nº 43/2017
 Folha nº 17

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	68	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar algo a V.Exa. – e, naturalmente, uma consulta ao Marcelinho – sobre a apreciação pelo Plenário do Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2016. Eu pediria vênua, pois é um título de cidadão póstumo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wasny de Roure, é de autoria de V.Exa.? O projeto já está com a tramitação concluída? Se estiver com a tramitação concluída, é só trazê-lo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, é que já venceu o prazo; por acaso, venceu hoje, ele estava na Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wasny de Roure, eu tenho quatro projetos de V.Exa. já votados. Vou trazer à Mesa e vamos dar uma olhada como vai ficar. Já existem quatro projetos de V.Exa. completos.

Item nº 203:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 45, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dá nova redação aos §§ 3º e 5º do art. 31 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A Mesa Diretora e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 45, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dá nova redação aos §§ 3º e 5º do art. 31 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

Analisando à luz daquilo que deve ser analisado nesta Mesa Diretora e confrontando com isso, não vislumbramos qualquer tipo de óbice ao prosseguimento

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	

desse projeto de resolução, razão pela qual nos manifestamos, no âmbito da Mesa Diretora, favoravelmente a ele.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Mesa Diretora. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de consignar à Mesa que esses dois projetos, itens nºs 202 e 203, não entram na minha cota. Apesar de estarem em meu nome, fazem parte de algo que foi acordado e são uma alteração do Regimento Interno para dar maior harmonia à Casa, neste caso, criando a figura do Vice-Líder do Governo – o Líder do Governo, se o Governador, na mensagem, mandar só o Líder, vai poder, também...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Robério Negreiros, esses projetos já estão fora da cota. V.Exa. já tinha os quatro projetos e esses são mais dois.

Esta Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria – Projeto de Resolução nº 45, de 2015.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 45, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dá nova redação aos §§ 3º e 5º do art. 31 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto em questão.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				70	

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 45, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

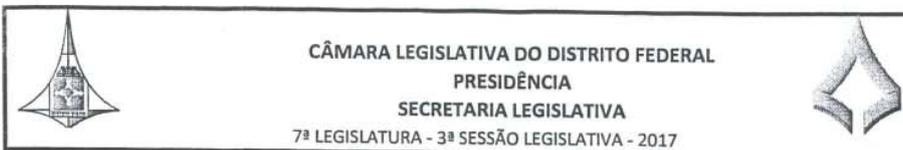
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 45/2017 DATA: 28/06/2017
AUTORIA: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS
TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB	1					
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			20	0	0	4	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
20	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
4	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
20	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA LILIANE RORIZ

Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5. CEP: 70094-902 - Brasília-DF. Tel: (61)3348-8793
www.cl.df.gov.br

SECRETARIA LEGISLATIVA
PR Nº 45/2017
Folha nº 08

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	71	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado, em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 189:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.018, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “institui o Programa Distrital de Bibliotecas Comunitárias e dá outras providências”.

Aprovado o parecer favorável da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.018, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “institui o Programa Distrital de Bibliotecas Comunitárias e dá outras providências”.

O projeto institui o Programa Distrital de Bibliotecas Comunitárias que visa a possibilitar o acesso à cultura e educação através dos livros periódicos, jornais e revistas, nas comunidades que não dispõem de bibliotecas, ou que seu acesso seja precário.

Manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.018, de 2016, no âmbito desta Comissão, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				72	

Justiça ao Projeto de Lei nº 1.018, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “institui o Programa Distrital de Bibliotecas Comunitárias e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.018, de 2016, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 199:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.342, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de hospitais públicos e privados e instituições congêneres a notificarem ocorrência de uso de bebidas alcoólicas e/ou entorpecentes por crianças e adolescentes”.

Aprovado parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.342, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de hospitais públicos e privados e instituições congêneres a notificarem ocorrência de uso de bebidas alcoólicas e/ou entorpecentes por crianças e adolescentes”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	73		

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.342, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de hospitais públicos e privados e instituições congêneres a notificarem ocorrência de uso de bebidas alcoólicas e/ou entorpecentes por crianças e adolescentes”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 164:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	74		

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.279, de 2012, de autoria da Deputada Celina Leão, que “estabelece regras para consultas junto ao sistema de proteção ao crédito no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Retorno o projeto às Comissões para elas relatarem sobre o substitutivo apresentado em plenário.

A Presidência designa o Deputado Ricardo Vale para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Ricardo Vale, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.279, de 2012, de autoria da Deputada Celina Leão, que “estabelece regras para consultas junto ao sistema de proteção ao crédito no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, a proposição objetiva ainda que o sistema de proteção ao crédito utilize as informações financeiras dos consumidores com respeito e ética, proporcionando um maior sigilo e segurança às pessoas físicas e jurídicas.

Diante do exposto, pelo caráter e alcance social, conto com a aprovação e apoio dos nobres pares pela aprovação.

É o voto, Sr. Presidente.

Sou pela aprovação do projeto na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O parecer é pela aprovação do substitutivo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.279, de 2012, de autoria da Deputada Celina Leão, que “estabelece regras para consultas junto ao sistema de proteção ao crédito no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis ao parecer na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer na forma do substitutivo está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, o Projeto de Lei nº 1.279, de 2012, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não. Votei o parecer da CCJ.

Então, acabamos de votar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Ratifico a votação em primeiro turno com 17 votos favoráveis.

Agora vamos votar o projeto de lei. Não precisa? Já foi. Ok.

Item nº 201:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 22, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “torna obrigatória a publicação no portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal das emendas parlamentares inseridas na Lei Orçamentária Anual e a seus créditos adicionais”.

Retorno o projeto à pauta.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				76	

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu só ia me oferecer, no caso de a Deputada Sandra Faraj querer que eu dê o parecer.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 22, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “torna obrigatória a publicação no portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal das emendas parlamentares inseridas na Lei Orçamentária Anual e a seus créditos adicionais”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto é admissível.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ratifico a votação do primeiro turno com 19 votos favoráveis. (Pausa.)

Quando da aprovação do Projeto de Lei nº 1.537, de 2013, em segundo turno, a CESC deixou de se manifestar sobre a emenda apresentada e aprovada pela Relatora na CCJ. Nesse sentido, eu gostaria de retornar o projeto à pauta para retificação do parecer da CESC quanto à emenda aprovada pela CCJ. Procederemos à leitura do item.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.537, de 2013, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Festival de Música Estudantil”.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a emenda da Relatora da CCJ.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura à emenda ao Projeto de Lei nº 1.537, de 2013, de autoria

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				77	

do Deputado Prof. Israel, que "inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Festival de Música Estudantil".

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, somos pela aprovação da referida emenda ao projeto. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Ratifico a votação em primeiro turno com 13 votos favoráveis e, em segundo turno, com 16 votos favoráveis, bem como sua redação final.

Conforme nota técnica da Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com o art. 205 do Regimento Interno, submeto ao Plenário a alteração do art. 1º, § 2º, e do art. 4º, § 7º, do Projeto de Lei nº 1.322, de 2016, assim redigido pela Comissão.

Art. 1º, § 2º: O valor do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano – no exercício de 2017, calculado com base no Anexo I, não pode ter aumento superior a 9,15% em relação ao valor lançado em 2016.

Art. 4º, § 7º: Até 31 de dezembro de 2019, para imóveis destinados a garagens, escaninhos residenciais e depósitos de garagem com inscrição imobiliária individualizada, o valor da TLP – Taxa de Limpeza Pública – é calculado conforme o disposto no *caput* multiplicado pelo fator 0,2.

Não havendo impugnação, considero aceita a referida nota técnica.

Esta Presidência retifica o resultado da votação do requerimento de dispensa de interstício para votação imediata da redação final do Projeto de Lei nº 1.486, de 2017, realizada na sessão ordinária de 20 de junho. O requerimento foi aprovado com 13 votos, 8 votos contrários e 3 ausências.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Só desejo fazer uma referência ao Projeto de Resolução nº 22, da lavra da Deputada Liliane Roriz. Queria saber se V.Exa. declarou o resultado da votação. Ele foi aprovado com 17 votos em primeiro turno. V.Exa. já declarou?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declarei.

DEPUTADO CHICO LEITE – Quero fazer uma referência a esse projeto reconhecendo o trabalho da Deputada Liliane Roriz e observando que vai ao encontro do trabalho que nós estamos tentando fazer na Casa – V.Exa., liderando a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	78	

Mesa Diretora; nós, com a responsabilidade da Ouvidoria – de dar maior transparência, de chegarmos à transparência máxima da Casa Legislativa.

Então, eu quero fazer esse reconhecimento e deixar esse registro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PTB. Sem revisão da oradora.) – Justamente com o mesmo objetivo do Deputado Chico Leite, que também está muito atento a essas questões de transparência, é que a gente entendeu que a população precisa cada vez mais saber que queremos colocar tudo às claras e como conduzimos as nossas emendas. Eu fico muito feliz pelo elogio de V.Exa. e por saber que nós estamos com a mesma ideia. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Bom, foi acatado aqui a apreciação do item extrapauta nº 10, Deputado Delmasso, completando seus projetos. Peço à Deputada Telma Rufino para fazer a leitura do item nº 10.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.657, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que “altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse item não consta da extrapauta que eu acabei de receber da assessoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vou entregar agora.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – A gente não sabe nem o número do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Projeto de Lei nº 1.657.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				79	

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vou retomar os trabalhos.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017			
VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM		DATA: 28/06/2017	
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS			

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1	
3	CELINA LEÃO	PPS		1
4	CHICO LEITE	REDE	1	
5	CHICO VIGILANTE	PT		1
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO		1
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1
8	DELMASSO	PODEMOS	1	
9	JUAREZÃO	PSB		1
10	JULIO CESAR	PRB	1	
11	LILIANE RORIZ	PTB		1
12	LIRA	PHS	1	
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1
14	PROF. ISRAEL	PV		1
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1
18	RICARDO VALE	PT		1
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1	
20	SANDRA FARAJ	SD	1	
21	TELMA RUFINO	PROS	1	
22	WASNY DE ROURE	PT	1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1	
24	JOE VALLE	PDT	1	
RESULTADO			12	12

QUÓRUM	
12	PRESENTES
12	AUSENTES
24	SOMATÓRIO


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				80	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estão presentes 12 Deputados, não havendo, portanto, *quorum* regimental.

Vou suspender a sessão por quinze minutos. Chamo os Deputados que estão no cafezinho para voltarem ao plenário para darmos continuidade às deliberações. Temos poucos projetos para votação; apenas dez projetos para finalizarmos, encerrarmos e votarmos a LDO. (Pausa.)

Solicito ao Líder do Governo e ao Secretário de Articulação que mobilizem os Deputados que estão próximos a fim de votarmos. Temos apenas dez projetos e a LDO para encerrarmos aqui. Amanhã vamos para Taguatinga, no Câmara em Movimento.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 19h01min, a sessão é reaberta às 19h32min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

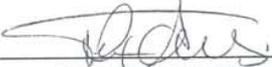
Solicito a Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum* para darmos continuidade a nossa votação de hoje. Temos poucos projetos para votação e, depois, a LDO. Vamos terminar rapidamente.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017	
VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM		DATA: 28/06/2017
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS (19:32)		

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1	
3	CELINA LEÃO	PPS		1
4	CHICO LEITE	REDE	1	
5	CHICO VIGILANTE	PT		1
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO		1
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1
8	DELMASSO	PODEMOS	1	
9	JUAREZÃO	PSB	1	
10	JULIO CESAR	PRB	1	
11	LILIANE RORIZ	PTB		1
12	LIRA	PHS		1
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1	
14	PROF. ISRAEL	PV	1	
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1	
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1
18	RICARDO VALE	PT	1	
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1	
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	PROS	1	
22	WASNY DE ROURE	PT	1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1	
24	JOE VALLE	PDT	1	
RESULTADO			15	9

QUÓRUM	
15	PRESENTES
9	AUSENTES
24	SOMATÓRIO


SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				81	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estão presentes 15 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.626, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Domicílio Fiscal Eletrônico, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em regime de urgência, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 105, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "altera o artigo 61 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais".

Aprovados os pareceres favoráveis da CAS e da CCJ na forma da Emenda nº 1. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e a Emenda nº 1.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o projeto e a emenda.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao do Projeto de Lei Complementar nº 105, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "altera o artigo 61 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais" e à Emenda nº 1.

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa, art. 64, § 1º, inciso I, compete a esta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar quanto à necessidade e emitir parecer sobre os servidores públicos civis do Distrito Federal, seu regime jurídico, plano de carreira, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria e sistema de previdência e assistência social.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	82

É oportuno caracterizar que o tempo disponibilizado para que o servidor se qualifique coaduna para o entendimento e o interesse de suas novas denominações, sendo que essas serão refletidas na retribuição eficiente para a população.

Quanto a sua admissibilidade, restam atendidos os arts. 71 e 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governador do Distrito Federal para iniciativa de leis complementares e ordinárias.

Desta forma, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais de ordenamento jurídico, votamos pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 105, de 2017, de autoria do Poder Executivo, com o acatamento da emenda modificativa proposta.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer ao Relator. Essa emenda é de minha autoria.

Como o projeto é do Poder Executivo e trata de horário especial para os responsáveis por deficientes, para quem não conhece a minha emenda, eu estou acrescentando as pessoas com doença falciforme, que é uma doença muito traiçoeira. Quem tem essa doença tem que fazer transfusão. Então, para os responsáveis, principalmente por crianças e adolescentes, poderem acompanhá-los, precisam ter esse horário especial. É um ganho muito grande. E essa doença tem que ter maior divulgação aqui no âmbito do Distrito Federal e no Brasil.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Robério Negreiros.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				83	

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.
(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2017 DATA: 28/06/2017
AUTORIA PODER EXECUTIVO
TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS				1		
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			15	0	0	9	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
15	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
9	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
15	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				84	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a relatoria do próximo item de pauta, o item extrapauta nº 4, na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, é minha, e o relatório não está pronto; a o do item extrapauta nº 5 também não está; e a o do item extrapauta nº 8 também não está pronta. Inclusive, há muitas coisas que precisam chegar, e estão dentro do prazo regimental.

Eu gostaria, então, de pedir a V.Exa. que deixasse passar pela Comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação.

Aguardamos então o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma pergunta: o item extrapauta nº 4 não vai ser votado hoje, é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não. Foi um pedido do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Vai para a Comissão amanhã e votaremos amanhã.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.604, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a proceder à doação de imóvel que especifica, pertencente ao patrimônio do Distrito Federal, à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF e dá outras providências".

Só quero lembrar que este projeto é o que tinha um erro. Foi feita a modificação por uma emenda que será lida agora.

Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				85	

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a emenda.

É só uma emenda, no projeto estava 6.400.000 metros quadrados e, na realidade, são 6.400 metros quadrados.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários à emenda ao Projeto de Lei nº 1.604, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a proceder à doação de imóvel que específica, pertencente ao patrimônio do Distrito Federal, à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF e dá outras providências”.

O parecer sobre a emenda é pela aprovação. Ela corrige um erro material: onde se lê “6.400.000 metros quadrados”, leia-se “6.400 metros quadrados”.

Esse é o parecer, Sr. Presidente, pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.604, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a proceder à doação de imóvel que específica, pertencente ao patrimônio do Distrito Federal, à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF e dá outras providências”.

Somos de parecer favorável à admissibilidade e à aprovação, com a emenda que fez a correção do projeto. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SEI TOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017		15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	86	

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o projeto e a emenda está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.604, de 2017, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.622, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a alienar participações nas sociedades empresárias que especifica, não controladas pelo Distrito Federal".

A proposição não recebeu pareceres das Comissões. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.622, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a alienar participações nas sociedades empresárias que especifica, não controladas pelo Distrito Federal".

Solicito autorização para ir direto ao voto. (Pausa.)

Está autorizado, Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está autorizado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Quanto à sua admissibilidade, restam atendidos os arts. 71 e 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que trata da prerrogativa do Governador do Distrito Federal para iniciativas de leis complementares e ordinárias. Dessa forma, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico, votamos pela admissibilidade e pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				87	

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Julio Cesar para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito o Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.622, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a alienar participações nas sociedades empresárias que especifica, não controladas pelo Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.622, de 2017, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.514, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que “altera a Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu pareceres das Comissões. A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				88	

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não. São só esses. Completamos os de S.Exa. Faltava um projeto de S.Exa. – dois, na realidade, para completar os quatro. Todos estão com quatro projetos, com exceção do Deputado Robério Negreiros, que teve dois projetos de resolução, sobre vice-líder e sobre outro vice, conforme foi acordado pela Mesa.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade, para emitir parecer.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.514, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que “altera a Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, a relatoria é do Deputado Chico Vigilante. Como S.Exa. não se encontra, farei a leitura do relatório.

É o seguinte o parecer:

De acordo com o Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito de questões relativas a Cerrado, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição. Art. 69-B, *j*.

Primeiramente, destacamos que o Distrito Federal foi uma das primeiras unidades da Federação a elaborar uma lei ambiental após a promulgação da Constituição de 1988 uma vez que, a partir da nossa Carta Magna, o meio ambiente passou à condição de bem tutelado juridicamente. O art. 225, *caput* da Constituição Federal de 1988 determina que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Fato é que a legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais avançadas do mundo e que vários diplomas legais foram promulgados formando assim um sistema de proteção ambiental bastante complexo.

O Distrito Federal apresenta marcos legais importantes nessa questão: a Lei Orgânica do Distrito Federal que trata do meio ambiente em seu Capítulo XI e a Lei

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	89		

nº 41, de 13 de dezembro de 1989, que “institui a Política Distrital de Meio Ambiente”.

A referida Lei estabeleceu as principais diretrizes e regras para a salvaguarda do meio ambiente no DF. Os temas tratados nesse diploma legal referem-se a diversos assuntos, dentre os quais estão princípios e deveres da sociedade e do Estado; poluição; saneamento básico e domiciliar; Conselho Distrital de Meio Ambiente; infrações e penalidades em matéria ambiental, entre outros.

A elaboração da Lei nº 41/89 atende a determinações da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que “instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente”. Segundo essa Lei, os Estados, Municípios e o Distrito Federal devem elaborar normas ambientais suplementares àquelas definidas na esfera federal. De fato, a descentralização da gestão ambiental, com a delegação de competências para Estados e Municípios, é um dos princípios orientadores da Política Nacional de Meio Ambiente, além de ser a tendência predominante da gestão ambiental no Brasil e no mundo.

Embora não exista uma lei geral que aborde o desenvolvimento sustentável, é importante destacarmos a Lei nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 que “dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal”. O referido diploma legal destaca que “deve ser considerada a adoção de processos de extração, fabricação e utilização de produtos e matérias-primas de forma ambientalmente sustentável e que se considere a utilização de tecnologia e material que reduzam o impacto ambiental”.

Bem se vê que hoje existe um processo de mudança no sentido de considerar fatores que durante anos foram esquecidos. Ignorar a importância do impacto produzido sobre o meio ambiente ocasionou desastres ambientais com danos muitas vezes irreparáveis. Os recursos ambientais não são inesgotáveis sendo inadmissível que atividades econômicas se desenvolvam alheias a esse fato. Nesse sentido ações como as sugeridas pela proposição em comento devem ser adotadas para que se consiga a utilização dos recursos de forma consciente ao mesmo tempo em que se busque minimizar os impactos ambientais adversos.

Do exposto, diante da necessidade de se buscar soluções para preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.514, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, com a emenda aditiva do Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	90	

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Julio Cesar para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, podemos passar para análise de outro projeto só para eu analisar este projeto, como Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sim. O Deputado Delmasso pode ajudar V.Exa. (Pausa.)

Só desejo lembrar aos senhores que nós vamos votar agora os requerimentos e as moções em bloco, votamos, então, a LDO. São mais uns quinze minutos.

Agora será o parecer da CCJ.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Joe Valle. Eu quero parabenizar o pessoal que está aqui na luta pelas nomeações socioeducativas e dizer que é bom continuarem aqui, pelo menos, para a gente votar esse primeiro turno da LDO hoje. O segundo turno vai ser amanhã. Talvez, a gente consiga votar o segundo turno ainda hoje, seria melhor se a gente conseguisse, mas, senão, vai ser amanhã em Taguatinga. Parabéns pela garra. Valeu, gente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estamos aguardando o parecer da CCJ pelo Deputado Julio Cesar e vamos iniciar agora os requerimentos e moções. Depois, a LDO.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.514, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que “altera a Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito da CCJ, somos pela admissibilidade do projeto com a emenda do Relator apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que inclua o Requerimento nº 2.828, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato o pedido de V.Exa. Pode trazê-lo aqui à Mesa para fazer a inclusão.

Consulto os Líderes se há acordo para votar os projetos de decreto legislativo em bloco pelo processo nominal. (Pausa.)

Há acordo.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor João Rezende Almeida Oliveira".

A Presidência designa o Deputado Julio Cesar para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor João Rezende Almeida Oliveira".

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				92	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 204:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. André Luiz Zamuner".

Item nº 205:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Valdemar Francisco dos Reis".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor João Rezende de Almeida Oliveira".

Em discussão. (Pausa.)

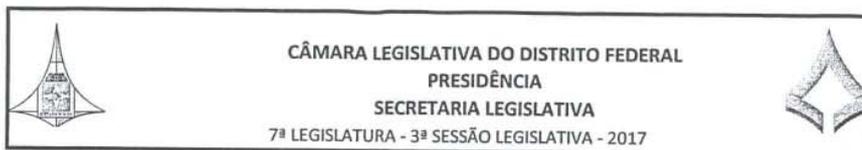
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os projetos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito à Sr. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO NºS 197/2016; 215/2016; 165/2016				DATA: 28/06/2017				
AUTORIA VÁRIOS DEPUTADOS								
TURNO ÚNICO								
REDAÇÃO FINAL APROVADA (X)								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB	1					
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			18	0	0	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
18	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				93	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Estão aprovados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. André Luiz Zamuner".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Valdemar Francisco dos Reis".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor João Rezende de Almeida Oliveira".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

Consulto os Líderes para saber se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco pelo processo simbólico. Havendo acordo, procederemos à votação. (Pausa.)

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 208:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 700, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "manifesta votos de louvor e regozijo aos diretores, professores e servidores do CED – Stella dos Cherubins Guimarães Tróis, localizado em Planaltina Distrito Federal, pelos relevantes serviços prestados a toda a população do Distrito Federal".

Item nº 209:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 701, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta Louvor e Congratulação ao policial

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				94	

Fernando Botelho e demais policiais do Grupo Tático Motociclístico do 21º Batalhão do DF que salvaram a vida de um bebê em São Sebastião”.

Item nº 210:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 702, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “Manifesta reconhecimento e louvor ao Sub Ten José Wilson de Lima, matrícula 1402606, Sub Ten Doriovan Avelino da Silva, matrícula nº 1404112, 1º Sgt. Mauricio Ferreira Ricart, matrícula nº 1406144, 1º Sgt. Marcus Vinicius Araújo matrícula nº 1405888, 1º Sgt. Humberto Mateus Ribeiro, matrícula nº 1405328 2º Sgt. Marcelo Amaral Braz, matrícula nº 1404414, 2º Sgt. Nilson dos Reis Torres, matrícula nº 1404111, 2º Sgt. Ivan de Souza Cruz, matrícula nº 1404415, 2º Sgt. Renato Gonçalves da Cruz, matrícula nº 1404123, 2º Sgt. Wender Gonçalves dos Santos, matrícula nº 1404135, 2º Sgt. Hrenani José Ricart, matrícula nº 1404556, 3º Sgt. Wellington Fonseca Barros, matrícula nº 1405427, CB Luiz Eduardo R. da Silva, matrícula nº 1919620, CB Isaias Rosa de Ataídes, matrícula nº 2036375, CB Anderson Oliveira Batista, matrícula nº 2038143, todos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação, demonstrados em 'ATO DE BRAVURA', que culminou com o salvamento da vida da Senhora Josileide Ferreira dos Santos, 25 anos, que caiu na cisterna desativada e foi resgatada pelos nobres bombeiros que trabalham o tempo inteiro em defesa da vida”

Item nº 211:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 703, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Sr. José Tadeu da Silva, por sua trajetória profissional à frente de diversas entidades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, bem como, pela presidência do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA”.

Item nº 212:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 704, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Sr. Francisco Edvaldo Bezerra Brito, pelos relevantes serviços prestados à frente do Lions Clube de Taguatinga Independência”.

Item nº 213:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 705, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Sr. Jorge Abreu Andrade, pelos relevantes serviços prestados à frente do Lions Clube de Taguatinga Independência”.

Item nº 214:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 706, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Sr. Geraldo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	95	

César Araújo, pelos relevantes serviços prestados à frente do Lions Clube de Taguatinga Independência”.

Item nº 215:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 707, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Sr. Flavio Correia de Sousa, por sua trajetória à frente de diversas entidades patronais, de classe e sindicais, ligadas à engenharia, bem como pela presidência do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-DF)”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 714, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor aos líderes religiosos da Cidade de Ceilândia, pelo trabalho social desenvolvido na comunidade”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 715, de 2017, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, às pessoas que menciona”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.826, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que “requer a realização de audiência pública no dia 7 de agosto de 2017, às 19:00 horas, no auditório desta Casa, para debater sobre a regularização de áreas públicas urbanas e rurais do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.828, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “requer a transformação da sessão ordinária de 31 de agosto de 2017, em comissão geral para debater sobre a falta de creches públicas no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as moções e os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017	
---	---	---

DATA: 28/06/2017

MOÇÕES Nº 700/2017; 701/2017; 702/2017; 703/2017; 704/2017; 705/2017; 706/2017; 707/2017; 714/2017; 715/2017

REQUER Nº 2.826/2017; 2.828/2017

AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS

TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			15	0	0	9	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADOS	
15	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
9	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
15	QUÓRUM VOTANTE



 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	96		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Os requerimentos e as moções estão aprovados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Antônio Rodrigues da Silva”.

A Presidência designa o Deputado Julio Cesar para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Antônio Rodrigues da Silva”. Somos pela admissibilidade do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2016, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 132/2016 DATA: 28/06/2017
AUTORIA: DEP. RAIMUNDO RIBEIRO
TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APROVADA (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB	1					
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			17	0	0	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
17	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				97	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a supressão do interstício regimental, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Antônio Rodrigues da Silva”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item nº 207:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.569, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências”.

Tramitação concluída. Apresentadas 38 emendas de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre elas.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para as emendas apresentadas.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

(Pausa.)

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.569, de 2017, de autoria

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				98	

do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências”.

Análise e parecer das emendas de plenário: Emenda nº 161, de autoria do Deputado Wasny de Roure, rejeitada; Emenda nº 162, de autoria do Deputado Wellington Luiz, acatada; Emenda nº 163, de autoria do Deputado Wellington Luiz, acatada; Emenda nº 164, de autoria do Deputado Wellington Luiz, acatada; Emenda nº 165, de autoria do Deputado Wellington Luiz, acatada na forma da Emenda de Plenário nº 168; Emenda nº 166, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, acatada; Emenda nº 167, de autoria do Deputado Robério Negreiros, acatada; Emenda nº 168, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 169, de autoria da Mesa Diretora, acatada; Emenda nº 170, de autoria da Mesa Diretora, acatada; Emenda nº 171, de autoria da Mesa Diretora, acatada; Emenda nº 172, de autoria do Deputado Wasny de Roure, acatada; Emenda nº 173, de autoria do Deputado Wasny de Roure, pela inadmissibilidade; Emenda nº 174, de autoria da Deputada Celina Leão, acatada; Emenda nº 175, de autoria do Deputado Wasny de Roure, acatada na forma da Emenda nº 194; Emenda nº 176, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 177, de autoria do Deputado Agaciel Maia, pela inadmissibilidade; Emenda nº 179, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 180, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 181, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 182, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 183, de autoria do Deputado Agaciel Maia, pela inadmissibilidade; Emenda nº 184, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 186, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 187, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 188, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 189, de autoria do Deputado Agaciel Maia, pela inadmissibilidade; Emenda nº 190, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 191, de autoria do Deputado Wellington Luiz, pela inadmissibilidade, pois cabe à Mesa Diretora apresentar emendas para pessoal; Emenda nº 192, de autoria do Deputado Delmasso, acatada na forma da Emenda nº 168; Emenda nº 193, de autoria da Mesa Diretora, acatada; Emenda nº 194, de autoria do Deputado Wellington Luiz, acatada; Emenda nº 195, de autoria do Deputado Wellington Luiz, pela inadmissibilidade, pois compete à Mesa Diretora apresentar emendas sobre as carreiras da CLDF; Emenda nº 196, de autoria do Deputado Wellington Luiz, acatada; Emenda nº 197, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada; Emenda nº 198, de autoria do Deputado Agaciel Maia, acatada.

Esse é o voto, Sr. Presidente. Eu elenquei todas as emendas apresentadas, as acatadas e as pela inadmissibilidade, para deixar claro ao pessoal. (Pausa.)

Sr. Presidente, retificando o parecer, ficou faltando o parecer sobre a Emenda nº 185, de 2017, que é uma emenda supressiva, é uma subemenda à Emenda nº 102, ao projeto de lei no qual suprime seu art. nº 65, acrescido pela Emenda nº 102. A Subemenda tem por objetivo manter as regras atuais de limitação de empenho e movimentação financeira e de pessoal.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	99	

O parecer sobre a Emenda nº 185, é pela aprovação, ou seja, está acatada.

Para deixar claro para o pessoal do sistema socioeducativo, foram elencadas aqui várias carreiras: especialistas socioeducativos; atendente de reintegração socioeducativo; técnicos, atendentes, especialistas, para deixar claro que foram apresentadas emendas do Deputado Agaciel Maia, Deputado Wellington Luiz, Deputado Delmasso, Deputado Robério Negreiros, Deputado Prof. Reginaldo Veras, e também do Deputado Julio Cesar, e todas essas foram acatadas por este Relator. Está certo?

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores aqui presentes, eu queria, nesta noite, reportar-me ao Relator, tanto ao Relator Geral, que foi o Deputado Agaciel Maia, como agora, relatando as emendas de plenário, ao Relator Deputado Rafael Prudente. Em primeiro lugar, pela sensibilidade em alguns casos, mas, também, à resistência em outros.

Eu não posso deixar aqui de reconhecer que, da reunião da Comissão do dia de ontem para hoje, houve uma evolução no diálogo, no entendimento. Então, eu quero agradecer por esta oportunidade aos colegas que tiveram a sensibilidade. Sobretudo quero agradecer ao Deputado Agaciel Maia, ao Deputado Rafael Prudente e à Secretária Leany.

Mas quero, também, registrar um pouco a minha frustração, dizendo o seguinte: a principal emenda que nós apresentamos é uma emenda que procura valorizar o Plano Distrital de Educação, e há uma previsão na Meta 20 que é a duplicação de investimento.

Só que nós fomos mal interpretados, porque nessa lei que foi iniciativa do Governador Rollemberg, diga-se de passagem, o conceito de investimento é todo gasto feito em aluno, inclusive salário de professores, manutenção das escolas. Todo o investimento que é feito em educação é tratado como despesa de forma de investimento. Nós estamos investindo nas gerações futuras, Deputada Luzia de Paula. E aí onde houve a compreensão, porque quando a gente apresenta a rubrica de 8 bilhões 270 milhões de reais, fica uma coisa assim, meio como se fosse tudo GND 4. Não é GND 4, é muito mais do que isso.

Houve o esforço com a Secretária Leany, mas, infelizmente, há um ponto em que não houve acordo entre nós, que foi a inclusão de despesa de inativo do Iprev. Não tem como aceitar, porque nem a LDB aceita a colocação de despesa de inativo para efeito. Mas a proposta é sair de 3,12. Eu estou me esquecendo. Em 2015, 3,23 para, no ano 2024, Deputado Chico Leite, nós chegamos a 6,12%. E isso é que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	100

leva, em 2018, a um percentual de 4,19, que é aplicado sobre o Produto Interno Bruto e dá um montante de 8 bilhões e 270 milhões, gasto completo.

O recurso do Fundo Constitucional deve ser contabilizado, sim, na despesa com educação. Nós chegamos ao montante em torno de 8 bilhões e 150 milhões de reais. Nós temos, na essência, para o ano que vem, pouco mais de cento e poucos milhões. O que eu lamento, Secretária Leany, porque em algumas cidades nem para alugar nós temos mais salas de aula, digo o Riacho Fundo II – são palavras da Coordenadora da Regional, a Francis. No Paranoá eu estive na semana passada, e está da mesma forma. No Itapoã não há mais locais.

Então, o governo vai ter que tomar empréstimo e construir novas salas de aula.

Vamos nos lembrar aqui da figura do Professor Cristovam. No governo dele, foram mais de 1.100 salas de aula – e ainda assim não foi reeleito, mas nem por isso aquilo que foi feito não foi relevante.

Agora, eu quero ainda me reportar, no parecer do Relator, à Emenda nº 60, em que nós estabelecíamos como autonomia da gestão do FAC. O governo aceitou a nossa emenda, mas retirou a questão da autonomia. Ele acolhe a Emenda nº 164, em que essa parte da autonomia não foi colocada. Também o Relator Deputado Rafael Prudente não considerou essa possibilidade de reconduzir a autonomia do FAC, permanecendo o parecer nos termos da Emenda de Relator nº 164, que exclui a autonomia do Fundo de Apoio à Cultura.

Em relação à outra questão que quero abordar aqui, quero agradecer a compreensão sobretudo da Secretária Leany, e aí vou tomar a liberdade de utilizar as palavras dela na reunião, Deputado Juarezão. Em primeiro lugar, os servidores do SLU estão aqui acompanhando este debate, e quero dizer da sensibilidade da Secretária em encaminhar uma minuta de projeto de lei para a Casa Civil para que, tão logo resolvida a questão do nível prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo a encaminhe a esta Casa. Pelo menos, eles saberão o que o governo tem disposição para apresentar em função daquele corte em torno de 30% a 40% do salário deles.

A nossa proposta, portanto, foi revista como possibilidade, quer dizer, teve de ser reformulada a emenda para que o governo não a aceitasse como vinculação de uma eventual alteração da Taxa de Limpeza Pública, mas é um indicativo. Eu agradeço, Deputado Chico Leite, é melhor um pássaro na mão do que dois voando. Então, a gente trabalha com essa realidade, não é tudo que é desejado, mas o que foi possível ser construído aqui.

Agradeço muito, por último, a nossa assessoria, que tem dado uma contribuição enorme. E continuamos na luta para fazer esse debate pertinente que nós temos feito, sobretudo na área da educação.

Registro, por último, que mais de 80% das nossas emendas foram acolhidas, entre elas, Deputado Rafael Prudente, uma emenda que considero muito importante,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	101	

Secretária Leany – o Secretário Wilson estava aqui –, na qual queremos a oportunidade de fazer o debate da distribuição dos recursos do Fundo Constitucional para a área da segurança antes de o governo encaminhar para a Secretaria de Orçamento Federal. Isso é uma conquista enorme para quem trabalha com a gestão pública dos recursos na área da segurança. Isso vai deixá-los muito mais tranquilos do ponto de vista da execução no orçamento no ano subsequente.

Portanto, agradeço enormemente a compreensão de todos. Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Também quero registrar o meu agradecimento ao apoio que V.Exa. deu nesse trabalho que procuramos fazer. Não logramos o êxito, mas não foi por falta de compreensão.

Agradeço também o acolhimento da emenda do conselho tutelar, na forma da emenda apresentada pelo Deputado Wellington Luiz – como sempre, parceiro. Valeu o seu texto em detrimento do meu, mas sou seu parceiro da mesma forma.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi importante o Deputado Wasny de Roure esclarecer os fundamentos, porque ontem havia uma desinformação. Primeiro, eu tinha acatado a emenda que previu o reajuste do SLU. A informação que foi dada na Comissão de Orçamento aqui foi o contrário; então, já estava acatada. O que eu rejeitei – e o Deputado Wasny de Roure teve de fazer uma nova redação – foi a vinculação do aumento da Taxa de Limpeza Pública – TLP ao aumento dos servidores.

Ora, os servidores do SLU são esclarecidos, e estava garantido o reajuste salarial, porque eu tinha acatado, sabedor de que ninguém pode vincular uma taxa a um reajuste salarial, pois isso não tem respaldo legal. Segundo, a emenda que autoriza o reajuste estava acatada pelo Deputado Agaciel Maia no seu relatório. Então, existia uma desinformação. O procedimento para se conceder um reajuste salarial a uma determinada categoria é um projeto de lei. Esse projeto de lei, que está sendo gestado dentro da Secretaria de Planejamento, precisa vir para a Câmara assim que sairmos do limite prudencial. Então, as informações verdadeiras e cristalinas são essas.

Quero também parabenizar o Deputado Wasny de Roure, que entendeu que, da maneira como ele havia colocado, não poderia prosperar e fez as correções devidas. Quero ainda reiterar aos servidores do SLU que, em nenhum momento, o Deputado Agaciel Maia os prejudicou. Ao contrário, eu fiz o indicativo de que vocês precisam ter o reajuste, porque foi a categoria prejudicada.

Portanto, Sr. Presidente, quero agradecer não só à equipe de servidores e de técnicos de todos os gabinetes que compuseram o trabalho técnico das emendas –

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	102	

por isso, estamos chegando à votação, em primeiro turno, com êxito –, mas também aos membros da Comissão de Orçamento: Deputado Chico Leite, Deputado Rafael Prudente, Deputado Prof. Israel, Deputado Julio Cesar, que colaboraram de maneira fundamental para a conclusão desse trabalho. Quero também, mais recentemente, fazer um agradecimento especial à habilidade e competência do Deputado Rafael Prudente, que me substituiu na relatoria, tendo em vista que eu havia apresentado algumas emendas e estaria impedido de ser o Relator.

Portanto, são esses os esclarecimentos que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, o Projeto de Lei nº 1.569, de 2017, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO JUAREZÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.105, de 2016, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa. Faço a observação de que o Deputado Juarezão é o único Deputado que não teve os quatro projetos completos, mas só um. Acatamos a solicitação e o colocaremos em votação.

Esta Presidência informa que foi apresentado um destaque, a Emenda nº 113.

A orientação é pela rejeição da emenda.

Passa-se à votação da parte destacada: Emenda nº 113.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	103		

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A emenda está rejeitada com a presença de 15 Deputados. Houve 15 votos contrários.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo próprio texto do governo, quando chegou a esta Casa, ela tem vinculação. Nós apresentamos uma proposta que nasceu inclusive de discussão nesta Casa. Nasceu na discussão desta Casa. Na realidade, nós não chegamos a propor a vinculação. Esse é um entendimento do Relator que respeito. Nós apenas entendemos e apresentamos metodologia do ponto de vista do que significaria a revisão da taxa.

Hoje a receita da Taxa de Limpeza Pública, Deputado Rafael Prudente, corresponde a algo por volta de 45% da despesa com limpeza pública no Distrito Federal, ou seja, mais de 50% da coleta do lixo no Distrito Federal, da limpeza pública, varrição etc. é subsidiada pelo Estado. O Estado está subsidiando essa despesa de maneira gigantesca.

O que nós traduzimos é que, ao considerar a revisão dos valores da taxa, seja feito o cálculo de quanto vai representar. Segundo a Secretária Leany é pouco mais de 3 milhões/mês para poder fazer essa recomposição. Então, o que nós apresentamos não foi uma vinculação, mas uma lembrança daquilo que inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê sobre recomposição de receita e sua finalidade para enfrentamento das despesas do Estado, e não vinculação de uma receita para pagar servidor público. Não é isso que a emenda diz – pelo menos aqui eu entendi, e essa é a minha justificativa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem. Eu queria tirar uma dúvida com o Deputado Wasny de Roure. Aqui, pelo menos durante esses quatorze anos, todos nós nos empenhamos muito em que se reajustassem os salários dos servidores, os do SLU – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal especialmente. Eles foram efetivamente injustiçados naquela leva de reajustes que se deu. Eu me lembro de muitas vezes ter procurado fazer intervenções, agora mais recentemente.

Mas eu queria tirar uma dúvida com o Deputado Wasny de Roure, porque fiquei em dúvida com a questão que S.Exa. colocou em votação. A minha dúvida é a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	104	

seguinte: essa emenda aumentava a taxa de limpeza para o contribuinte, Deputado Wasny de Roure? V.Exa. propôs isso? Eu queria saber se o Deputado Wasny de Roure propôs que essa taxa de limpeza aumentasse no bolso do contribuinte. Eu quero entender.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Chico Leite é membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. S.Exa. naturalmente deve ter lido o relatório que foi votado.

Deputado Chico Leite, o que nós propusemos é que, na avaliação que o governo terá, na eventual possibilidade de rever a Taxa de Limpeza Pública, pelo alto nível de subsídio, seja contemplado, no processo de cálculo, a despesa que significa a recomposição do salário desse seguimento. É isso que está previsto. O que foi acertado é considerar a possibilidade de inclusão da previsão na metodologia de cálculo, ou seja, uma mera indicação, uma emenda absolutamente tênue sem a efetiva atitude por parte do governo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são interpretações diversas. Quero que se faça justiça aos servidores, mas eu não quero aumento de tributo. Quero também que isso fique registrado claramente. Parece a mim uma proposta tênue, embora uma proposta de aumento de tributo para o contribuinte já tão sacrificado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Relator da matéria, eu quero apenas explicar. Já houve algumas tentativas, tendo em vista o elevado grau de defasagem da taxa de limpeza, de se reajustar essa taxa, pela necessidade de se fazer isso, mas essas tentativas a Comissão não aceitou. Eu nem me lembro se V.Exa. estava na comissão.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi quem devolveu e não acatou, Deputado Chico Leite, o aumento da TLP – Taxa de Limpeza Pública porque havia essa discussão das grandes empresas que produzem muito lixo que, por lei, já são obrigadas a recolher a taxa. Então, o projeto da TLP encaminhado para a Câmara, nós da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças devolvemos. São esses os esclarecimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Item extrapauta:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	06	2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				105	

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.105, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Livros de Idiomas para os estudantes dos centros interescolares de línguas do Distrito Federal”.

Foi aprovado parecer favorável na Comissão de Educação, Saúde e Cultura. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.105, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Livros de Idiomas para os estudantes dos centros interescolares de línguas do Distrito Federal”.

No âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade e aprovação do referido projeto, tendo em vista que há o compromisso de se acostar a repercussão financeira do projeto. Portanto, feitas essas alegações, sou pela aprovação e admissibilidade do referido projeto. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Julio Cesar para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.105, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Livros de Idiomas para os estudantes dos centros interescolares de línguas do Distrito Federal”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 06 2017	15h	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	106	

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.105, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária, com início imediatamente após a sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos itens nº s 1, 2, 3, 4, 5 e 6, informados a seguir, e demais itens constantes da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje.

- Item nº 1: discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.626, de 2017;

- Item nº 2: discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 105, de 2017;

- Item nº 3: discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.604, de 2017;

- Item nº 4: discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.514, de 2017;

- Item nº 5: discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.622, de 2017;

- Item nº 6: discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.569, de 2017.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21h08min.)